



filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Com profissionalismo e criatividade, organizações sociais equilibram receitas e despesas e descobrem o caminho para a

Sustentabilidade

Captação de recursos

Apesar da má fama, o envio de mala-direta é ainda um meio eficiente de conquistar doadores

Comunicação

Chamados de grupos de influência ou de interesse, os *stakeholders* são a base de qualquer estratégia social

Responsabilidade social

Apresentados como prova de seriedade, muitos relatórios e balanços sociais não passam de peças de marketing

Entrevista

Diretor-executivo da Rits defende a descentralização da governança digital e a universalização do acesso às novas tecnologias de comunicação

Paulo Lima



Fidelização: fator essencial para o crescimento

Qualquer empresa mercantil sua a camisa para conquistar um cliente, especialmente por vivermos em uma época em que o mercado é extremamente arisco e faz de tudo para passar a perna na concorrência. Tendo o novo consumidor em mãos, uma empresa que pensa no futuro deverá fazer de tudo para não perdê-lo – políticas de CRM (Customer Relationship Management), promoções, presentes ou cartões de aniversário, descontos graduais, marketing de relacionamento, marketing multidirecional, pesquisa pós-venda... Enfim, uma infinidade de estratégias para conseguir a fidelização.

No Terceiro Setor não é diferente. Ou pelo menos não deveria ser. Conseguir conquistar e fidelizar parceiros, doadores e voluntários que possam colaborar com a causa defendida pela organização demonstra profissionalismo na gestão e evita problemas futuros de captação. É necessário criar vínculos com o doador, e isso se dará principalmente por meio de uma comunicação efetiva e periódica, com demonstrativos de contas, atividades e notícias em geral, deixando o potencial colaborador sempre informado.

Conquistar o apoio de um doador simplesmente por dó não é nada vantajoso, pois a colaboração dele terminará na assinatura do cheque. É preciso, além do investimento financeiro, tempo e dedicação, vestindo a camisa da entidade. É necessário convencê-lo de que, se hoje a organização atende 100 pessoas, com a ajuda dele poderia ampliar para 200. Ou seja, a colaboração dele se dará na assinatura do cheque. Os paradigmas, nesse caso, mudaram totalmente o foco da abordagem de uma prospecção de novos doadores.

Para não fazer parte da máxima “quem pede esmola, recebe trocado”, o ideal é mostrar o lado positivo da instituição, torná-la referência na área em que atua. Devemos ter isso claro em mente, pois o colaborador deve fazer parte da solução e não do problema.



Assim como na gestão da entidade, a comunicação com os *stakeholders* deve conter ética, transparência, sinceridade e empolgação, deixando claro qual a missão da organização e por que ela merece respeito. Comunicando de forma entusiasmada, transmite-se alegria, que contagia interessados e cria adeptos.

Não há como negar que este seja um dos ingredientes principais para o sucesso de uma organização.

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

“Esteja seguro
de que sua
convicção é a
mais poderosa
ferramenta para
influenciar”

Anônimo

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 

Ethos discute responsabilidade social

A 8ª edição da Conferência Internacional – Empresas e Responsabilidade Social aconteceu entre os dias 19 e 22 de junho, em São Paulo. O evento, que teve como tema “O papel da empresa socialmente responsável numa sociedade sustentável”, foi promovido pelo Instituto Ethos em parceria com o Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Como resultado prático do evento, foram lançados três mecanismos para ampliar e fortalecer o movimento de responsabilidade social empresarial. São eles:

- **Fundo de Capital Solidário (FCS):** abrir uma linha de crédito para permitir o crescimento das cooperativas, dar ferramentas para que as empresas consigam comercializar seus produtos alternativos e melhorar a gestão empresarial, além de permitir aos empresários acompanhar os impactos sociais causados com seu trabalho.
- **Índice de Desenvolvimento Infantil – Empresarial (IDI-E):** derivação do Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), criado a partir do

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), seu objetivo é estimular as empresas a se preocuparem e agirem diretamente na educação dos filhos de seus funcionários.

- **Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção:** um compromisso das empresas em favor da cidadania e da democracia, com o objetivo de eliminar diversas formas de corrupção, para além do mundo corporativo. Já é considerado um dos exemplos do que pode ser feito para manter um bom relacionamento entre o poder público e as empresas privadas.

No penúltimo dia do evento, foi entregue o 6º Prêmio Ethos de Jornalismo (PEJ), que contemplou os jornalistas e veículos de comunicação que mais contribuíram para gerar mudanças na estratégia de negócios das empresas.

www.ethos.org.br/ci2006

Consumidor analisa empresário

O Instituto Akatu Pelo Consumo Consciente, o Instituto Ethos e a Market Analysis divulgaram no dia 20 de julho o relatório Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro, Pesquisa 2005.

A publicação, patrocinada pelo Grupo Carrefour, traz dados sobre a percepção de consumidores em 21 países acerca do papel social das empresas. A etapa brasileira ouviu 800 pessoas nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Brasília.

www.akatu.org.br

Da esq. para a dir.: Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos; Helio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu; e Fabián Echegaray, diretor da Market Analysis



Encontros sobre sustentabilidade

O ciclo de encontros Sustentável 2006, organizado pelo Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (Cebds), em São Paulo, entrou na reta final. No dia 20 de junho foi realizado o segundo encontro, com o tema “Liability e a Responsabilidade Civil das Empresas”. O terceiro evento aconteceu um mês depois, em 20 de julho, e o assunto foi “Corrupção X Sustentabilidade Empresarial”. Já a quarta etapa, que abordou as “Novas medidas de performance empresarial: os intangíveis”, ocorreu em 29 de agosto. Os próximos encontros estão marcados para 28 de setembro e 31 de outubro, com os temas “Sustentabilidade Corporativa: Estratégia de Sobrevivência Empresarial” e “Gestão Empresarial para Sociedades Sustentáveis”, respectivamente.

www.sustentavel.org.br

BrazilFoundation realiza premiação

Trinta e três projetos sociais, entre 840 propostas recebidas, foram contemplados em 18 de julho pela 5ª Seleção Anual da BrazilFoundation. O prêmio é de até R\$ 25 mil e os projetos serão monitorados durante o ano de implementação. Desde 2002 foram apoiadas 170 iniciativas, totalizando US\$ 4 milhões em doações. A fundação apóia projetos de educação, saúde, cidadania, direitos humanos e cultura.

www.brazilfoundation.org

Inclusão do deficiente no mercado de trabalho

A Serasa realizou no dia 21 de junho, em São Paulo, o 12º Fórum Serasa de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência. O evento contou com a presença do cardeal arcebispo Geraldo Majella Agnelo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e abordou o tema da Campanha da Fraternidade 2006: “Fraternidade e pessoas com deficiência”. Os fóruns realizados pela Serasa visam trocar experiências e fomentar a cidadania empresarial para o crescimento da empregabilidade das pessoas com deficiência no país.

www.serasa.com.br



Da esq. para a dir.: Milton Luís Pereira, diretor de desenvolvimento humano e organizacional da Serasa; Elcio Anibal de Lucca, presidente da Serasa, cardeal arcebispo Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB; e João Baptista Ribas, coordenador do processo de empregabilidade

Contêiner vira núcleo social

No dia 22 de julho, a Associação Comunidade de Mãos Dadas (ACMD) finalizou mais uma etapa de seu projeto social com a implantação do 29º Núcleo Multiuso da Pastoral da Criança, em Mongaguá (SP). Desta vez a novidade foi a instalação dentro de um

contêiner. O principal objetivo dos núcleos é ser uma sede comunitária da Pastoral e, assim, beneficiar um número cada vez maior de pessoas.

i www.acmd.org.br
www.pastoraldacrianca.org.br



Inauguração do novo núcleo, em um contêiner

Avape lança expansão nacional

Na comemoração de seu 24º aniversário, no dia 30 de junho, a Avape lançou o projeto de rede Avape Pelo País, que pretende multiplicar os programas sociais bem-sucedidos sem ter que ampliar a estrutura administrativa da entidade. É a primeira ONG, na área da deficiência, a criar um projeto nesses moldes. O repasse do conhecimento e da visibilidade para outros sob contrato é uma alternativa viável para atender a demanda social e configura-se também um novo leque de investimentos para as empresas preocupadas com a responsabilidade social.

i www.avape.org.br

Conferência reúne voluntários do mundo todo

O Senac Santo Amaro, em São Paulo, recebeu entre 16 e 22 de julho a conferência internacional Connectivity – Do Pensar ao Agir, cujo objetivo é incentivar a responsabilidade social nos indivíduos e fazer o elo de ligação entre os jovens e as atividades sociais já existentes, mas que muitas vezes passam despercebidas. Realizado pela organização Idem – Identity through Initiative (Identidade através da Iniciativa), o evento contou com a presença de aproximadamente mil pessoas, entre jovens de 16 a 27 anos, representantes de organizações sociais, grupos e empresas com programas de responsabilidade social do mundo inteiro.

i www.connectivity2006.org



Adaptação de eletrodomésticos

Em parceria com a Laramara, a AACD e a Fundação Dorina Nowill, a Brastemp criou um kit de acessibilidade que permite ao deficiente utilizar uma determinada linha de produtos. Ao todo, são oito aparelhos adaptáveis: dois refrigeradores, um freezer, dois fogões, uma lavadora de roupas e duas secadoras. No kit, o consumidor encontra uma membrana com símbolos em relevo e também em braille, para aplicar sobre os painéis de controle originais, e um áudio manual com instruções de uso de cada eletrodoméstico.

i www.brastemp.com.br

Kit de acessibilidade para lavadora de roupas

Reconhecimento de iniciativas de educação

O Instituto Unibanco, em parceria com a Alfabetização Solidária, realizou no dia 11 de julho, em São Paulo, a solenidade de entrega do prêmio Instituto Unibanco de Educação de Jovens e Adultos, uma iniciativa de estímulo à produção acadêmica e práticas pedagógicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os primeiros colocados receberam prêmio de R\$ 20 mil, na categoria Projetos, e R\$ 10 mil, na categoria Pesquisa Acadêmica.

i www.institutounibanco.org.br



Da esq. para a dir.: Antonio Eduardo M. F. Trindade, Antonio Fernando Franceschi, Mirella de Araújo Tucunduva da Fonseca, Patrícia H. Duarte da Mata, Ana Carolina F. Coutinho, Tomas Zinner, Mesaque de Araújo da Silva, Ruth Cardoso, Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Maria Salete da Costa e Gisele Paulucci

Acontece



PAULO FRIEDREDO

Dia de Fazer a Diferença Brasil

Mais de 850 inscritos e 2.000 entidades beneficiadas em todo o país. Esse é o balanço final do Dia de Fazer a Diferença, ação nacional, no dia 27 de agosto, organizada pela Rede Record de Televisão, a empresa The Key, o Instituto Ressoar e a Federação Nacional das Associações dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (Fenadvb). Entre as diversas atividades realizadas, estavam reforma, construção, pintura e limpeza de ambientes; teatro, música, leitura de poemas e contos; eventos esportivos e culturais; incentivo à higiene pessoal; corte de cabelo e manicure; exames gratuitos e tratamentos na área de saúde; atendimento jurídico e psicológico, além de campanhas, palestras e doações de alimentos.

www.fazendodiferenca.org.br

Todo o elenco da Record participou da ação, como os apresentadores Britto Jr., Ana Hickmann e Eduardo Guedes (esq. para a dir.)

Capacitação de empreendedores sociais

Com o propósito de contribuir para a superação de desafios sociais e para a implementação do desenvolvimento econômico sustentável, o Instituto de Empreendedorismo Social, com o apoio da Legião da Boa Vontade (LBV) e da Associação para a Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape), promoveu no dia 2 de agosto o curso Gestão para entidades sem fins lucrativos. A proposta estava focada no aprimoramento da capacidade realizadora das organizações, ajudando, assim, a propiciar uma gestão eficiente no Terceiro Setor.

www.ies.srv.br
www.lbv.org.br
www.avape.org.br



DIVULGAÇÃO

Participantes foram capacitados na área administrativa

Care in Concert no Municipal

Mais de 650 pessoas estiveram no Theatro Municipal de São Paulo, em 22 de agosto, para prestigiar o 3º Care in Concert, evento beneficente de música clássica promovido pela Care Brasil. O destaque da noite foi a apresentação da atriz Fernanda Montenegro ao lado do pianista Jean Louis Steurman.

www.care.org.br



ADRIANO BAVELLI

Apresentação de Jean Louis Steurman e Fernanda Montenegro

Seminário Balanço Social

Cerca de 300 gestores de entidades sem fins econômicos de 11 estados participaram em 29 de junho do Seminário Nacional Balanço Social: Responsabilidade e Transparência, realizado no Rio de Janeiro. Promovido pela Gala Comunicação e Educação Integradas, com o apoio da André Pestana Consultoria em Marketing Educacional e do Banco Cruzeiro do Sul, o evento abordou os seguintes assuntos: "Balanço Social: Uma nova ferramenta de gestão", "Responsabilidade Social: Indo além da visão de mercado", "Balanço Social: Metodologias para apresentação de resultados" e "Balanço Social: Planejamento e avaliação".

www.galacomunicacao.com.br

Na primeira fileira: Ir. José Augusto, diretor-geral do Colégio Marista/RJ; Marcelo Andrade, presidente da Âncora Seguros – empresa patrocinadora do evento; Manoel Alves, doutor em ciência da educação pela Universidade de Paris; Rysia Porto, diretora da AEC/RJ; e André Pestana, especialista em marketing educacional (esq. para a dir.)

EMÍLIO BONZAGA

Top Social ADVB 2006

Dia 21 de junho, no Memorial da América Latina, em São Paulo, 26 projetos foram contemplados pela 8ª edição do Top Social ADVB 2006. Cerca de mil pessoas compareceram à cerimônia de entrega do prêmio, que neste ano recebeu 172 inscrições. O júri, composto por empresários, elegeu as ações de organizações que promovem o bem-estar social como parte direta ou indireta da estratégia de desenvolvimento de seus negócios, tanto para seu público interno como para a comunidade a qual se relaciona.

www.advbfm.org.br

5º Lixo e Cidadania

Entre 22 e 26 de agosto, Belo Horizonte foi novamente palco de um dos maiores eventos de discussão socioambiental do país: o Festival Lixo e Cidadania. Promovido pela Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (Asmare), em parceria com os Fóruns Nacional e Estadual de Lixo e Cidadania e a Rede de Economia Solidária, a quinta edição do evento discutiu a importância do destino correto dos resíduos sólidos e a inclusão social dos catadores.

www.festivallixoecidadania.org.br

Sustentabilidade corporativa

No dia 22 de agosto, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e o WWF-Brasil promoveram a segunda edição da série de seminários Sustentabilidade Corporativa, que integra uma série de eventos que acontecem em diferentes estados brasileiros durante o ano de 2006. O encontro proporcionou um espaço de conhecimento e reflexão para executivos de empresas vivenciarem a utilização de técnicas e ferramentas que contribuirão para a melhoria da sustentabilidade de suas empresas. A próxima e última edição acontece no dia 24 de outubro, em São Paulo.

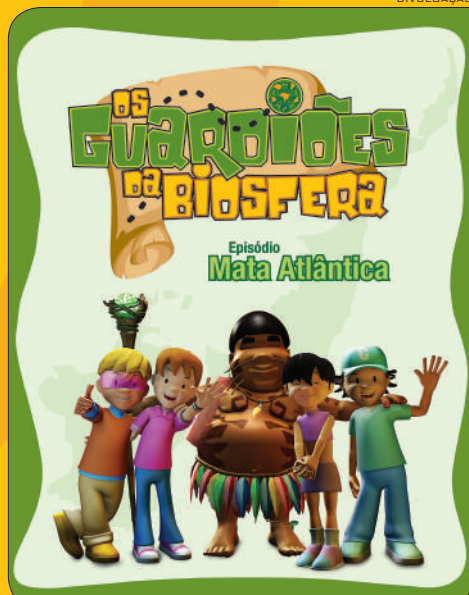
www.idis.org.br
www.wwf.org.br

Investimento milionário em educação

A International Paper lançou em 23 de agosto Os Guardiões da Biosfera, projeto com investimentos na ordem de R\$ 1 milhão que vai beneficiar aproximadamente 8 milhões de crianças de cerca de 36 mil escolas públicas e particulares de todo o país. Desenvolvido pela Enjoy Arts e produzido pela Magma Cultural, com patrocínio governamental por meio da Lei Rouanet, o projeto também disponibilizará 4.000 kits às bibliotecas públicas de todo o território nacional.

www.guardioesdabiosfera.com.br
www.internationalpaper.com.br

Cartaz do projeto Os Guardiões da Biosfera



Cresce número de empresas que investem no social

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou no final de julho, em Brasília, a pesquisa Ação Social das Empresas. O levantamento, feito em 2004 com 9.978 companhias do setor privado, constatou que 69% delas investem na responsabilidade social, em contrapartida aos 59% do último levantamento produzido em 2000. Os números são altos: aplicação de R\$ 4,7 bilhões no ano da pesquisa, ou 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB).

www.ipea.gov.br

Encontro paulista de agentes sociais

A Rede Social São Paulo realizou no dia 21 de junho um grande encontro com agentes sociais de toda a cidade, no auditório das Faculdades Oswaldo Cruz. O objetivo é buscar formas eficazes de ampliar a implementação do ECA em todo o estado e, assim, fortalecer o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente (SGDCA) nele estabelecido, proporcionando proteção integral à infância e à juventude. O encontro foi dirigido a autoridades, lideranças governamentais e empresariais, além de dirigentes de ONGs, comprometidos com a causa da infância e da juventude na capital paulista.

www.redesociaisopaulo.org.br

Barco promove saúde no Pará

Construído em Manaus, o barco Abaré foi inaugurado oficialmente no dia 22 de agosto na orla de Santarém, no Pará. A unidade móvel de atenção básica à saúde vai percorrer o rio Tapajós com o objetivo de oferecer atendimento às comunidades ribeirinhas. A iniciativa compõe o Programa Saúde na Floresta, capitaneado pelo Projeto Saúde & Alegria (PSA) com o apoio da Terre des Hommes Holanda (TdH-NL).

www.saudeealegria.org.br

Direito à educação violado

O Relatório Global 2006: O Estado do Direito à Educação no Mundo. Gratuita ou com preço?, elaborado com a colaboração de organizações do mundo todo nos últimos seis anos e coordenado por Katarina Tomasevski, relatora pelo Direito à Educação das Nações Unidas entre 1998 e 2004, denuncia situações bastante desiguais mundo afora. Com foco na educação básica, o relatório analisa legislação, políticas e práticas em 170 países, procurando observar se o direito à educação é reconhecido ou negado.

www.katarinatomasevski.com

Nordeste realiza semana social

A 4ª Semana Social Nordestina, realizada de 24 a 27 de agosto, em Aracaju (SE), recebeu cerca de 500 pessoas, entre representantes das diversas dioceses de toda a região. Dois grandes temas foram tratados: "Nordeste, desfazendo mitos e construindo história" e "Movimentos sociais no Nordeste: história e perspectivas". O evento foi coordenado por uma equipe de representantes regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dos nove estados do Nordeste.

www.cnbb.org.br

Esporte campeão, educação cidadã

Atletas dão exemplo de como levar o esporte para dentro das salas de aula

Elaine Iorio

“O Brasil ainda usufrui muito pouco do futebol, do esporte em si, como um meio de inserção social.” A afirmação de Jorge de Amorim Campos, o Jorginho, não se respalda apenas pelas conquistas em campo, mas pelo trabalho desenvolvido há seis anos no bairro de Guadalupe, na capital carioca.

Inaugurado em 29 de junho de 2000, o Instituto Bola Pra Frente é uma iniciativa de dois tetracampeões, Jorginho e Bebeto, que utiliza o esporte para atrair crianças e jovens para o trabalho

social, resgatando seus valores e ampliando as oportunidades. São atendidos anualmente 700 crianças e adolescentes, que participam de diversas modalidades esportivas, atividades culturais, recebem apoio pedagógico, preparação para o mercado de trabalho e acompanhamento social.

Idealizador e presidente do instituto – e atual auxiliar técnico da Seleção Brasileira –, Jorginho revelou à **Revista Filantropia** os segredos que tornaram seu projeto social em uma iniciativa campeã.

Revista Filantropia: Quando e como foi o início de seu engajamento na área social?

Jorginho: Em 1990, eu conheci na Alemanha um amigo chamado Altair Souza de Assis, que me falou sobre o projeto Centro de Cooperação para o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (CCDIA), com sede em Niterói (RJ), do qual eu passei a ser vice-presidente. Minha missão era divulgar o trabalho na Alemanha, na busca por parceiros e investidores. Até que eu fundei o Bola Pra Frente e precisei me afastar do CCDIA, porque ficaria complicado participar das duas atividades.

Filantropia: Conte-nos sobre a fundação do Bola Pra Frente.

Jorginho: Eu via muitos companheiros se envolverem com o tráfico de drogas e queria mudar essa realidade, levando a inclusão social para Guadalupe, onde eu fui criado. No início foi muito difícil, pois era eu que basicamente bancava o trabalho. Depois que a sede foi construída, com dinheiro próprio, eu percebi que era impossível manter o projeto sozinho. A captação de recursos aconteceu no momento em que as empresas viram os resultados. Logo no primeiro encontro sobre responsabilidade social, nós conquistamos o apoio da Claro. A partir daí as portas se abriram, e conseguimos outros apoiadores como Nike, HSBC, Nestlé.

Filantropia: Hoje, as empresas são o principal meio de captação de recursos da entidade?

Jorginho: Sim, a iniciativa privada e uma fundação que eu, o Bebeto e um alemão criamos na Alemanha – que na tradução para o português seria Jogadores de Futebol Profissional Ajudam Crianças. Ela capta recursos tanto para o Bola Pra Frente como para duas atividades na Índia e na Etiópia. Agora, nós lançamos

uma grande campanha no Brasil chamada “Tô nesse time”, para que a gente possa conquistar também o apadrinhamento pela pessoa física. Além disso, todo ano nós passamos por um período de auditoria, que para mim é muito importante – porque querendo ou não é meu nome que está em jogo.

Filantropia: Explique a interação que o instituto faz entre o esporte e a educação?

Jorginho: Nós montamos uma tecnologia social que traz o futebol para dentro da sala de aula. A criança aprende português, matemática, geografia etc. por meio da linguagem do futebol, com a qual ela se identifica muito. Nós nos preocupamos em dizer que o Bola Pra Frente não é uma escolinha de futebol – nós temos futebol, caratê, vôlei, futsal, mas também a parte pedagógica, cultural e de qualificação profissional. Só que o futebol, o esporte, é um meio fantástico para trabalhar a criança. É saudável, você pode disciplinar, corrigir, trazer o sentido de grupo. Existe um certo preconceito, mas tem muita coisa que a gente pode buscar no futebol, porém, eu também sei que só o esporte não vai conquistar tudo sozinho.

Filantropia: Quais são os próximos passos?

Jorginho: Nós estamos abrindo mais quatro novas unidades: duas no Rio de Janeiro, uma em Maceió e uma em Goiânia. Agora, o nosso desafio é estruturar muito bem essas novas unidades. Outro desejo é expandir o projeto pelo Brasil, e quem sabe, com esse link forte com a Copa do Mundo de 2010, na África, a gente possa estender a visão do projeto para outros países. 🌱

📍 www.bolaprafrente.org.br



Jorginho e Bebeto com crianças atendidas pelo projeto

Para o diretor-executivo da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), faltam políticas públicas contundentes para tornar realidade a universalização das tecnologias digitais no país

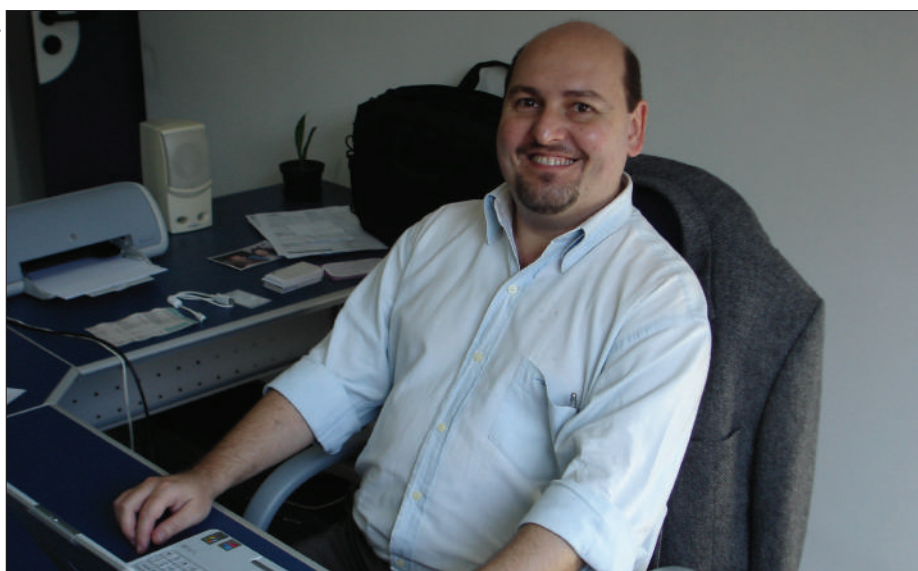
Elaine Iorio

Ele cursou história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na turma que ajudou a reorganizar o movimento estudantil na década de 80. Nascido em uma época de grande efervescência política, Paulo Henrique Lima sempre foi muito ligado ao associativismo. Ele lembra que no começo dos anos 90 o consumismo e o individualismo eram crescentes e dividiram a atenção daquela juventude, até a volta de muitos exilados e a conformação de uma novidade: as organizações não-governamentais (ONGs). “A ECO 92 marca a etapa em que uma nova forma de incidir politicamente se apresenta, com características de independência e autonomia muito interessantes para quem vinha da militância tradicional do movimento estudantil, bastante próxima dos partidos políticos”, conta ele.

Durante a faculdade, pesquisou sobre a Revolução Haitiana de 1791, escrevendo um dos poucos textos em português sobre o tema na época. Foi convidado, então, para trabalhar com pesquisa audiovisual na Fundação Casa França-Brasil. Como a base de dados era alimentada por Rio, São Paulo e Paris, o trabalho carecia de uma logística muito complexa e cara, dada a necessidade de viagens internacionais. Problema resolvido com a BitNet, rede internacional de comunicação por computadores, anterior à internet, que lhe foi apresentada por um pesquisador da Organização Européia para Investigação Nuclear (Cern), da Suíça.

A partir da implementação de um website para a Casa França-Brasil, em 1994, Lima ganhou grande notoriedade. Chamado para integrar a equipe do Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), criado e coordenado por Betinho e Carlos Afonso, ele participou do projeto AlterNex, o primeiro provedor de serviços para entidades da sociedade civil.

Em 1999, por conta da experiência adquirida na área, tornou-se editor da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) e, no ano seguinte, assumiu a diretoria-executiva da mesma. Nesta entrevista à **Revista Filantropia**, Paulo Lima discorre sobre os desafios para a democratização da informação e sobre os projetos desenvolvidos pela Rits.



Revista Filantropia: O que motivou a criação da Rits e qual era o cenário brasileiro na época?

Paulo Lima: A Rits foi fundada por Sérgio Góes de Paula, historiador vinculado à Fundação Oswaldo Cruz e presidente do Instituto de Estudos da Religião (Iser). Surgiu em 1997, com importante apoio do programa Comunidade Solidária. Na época, a discussão central era a reforma do Marco Legal do Terceiro Setor. Era consenso que não havia uma entidade que apoiasse o fortalecimento, a profissionalização da gestão administrativa, que colocasse na pauta das entidades o debate sobre as relações entre Estado e sociedade civil com conteúdos de qualidade e com trabalho sistemático.

Havia também a necessidade de se traçar um panorama do que era o Terceiro Setor no Brasil. Para tal, a Rits criou e mantém uma base de dados com mais de 70 mil registros de organizações, projetos e iniciativas de todo o país. Como a Rits foi pensada como organização em rede, centrada no uso das tecnologias de informação e comunicação, investimos em um provedor de serviços de internet [Rits.net] para as entidades, redes e ativistas, além de um consistente serviço de informações, baseado na *Revista do Terceiro Setor (Rets)*, que a tornou uma referência nesse campo.

Hoje, a Rits conta com cerca de 350 entidades associadas, mantém mais de mil sítios de organizações sociais em seu provedor – com visitação média de 360 mil *page views* por mês – e cerca de 10 mil contas de correio eletrônico. Nosso parque de máquina em *datacenter* profissional conta com 60 servidores.

Filantropia: Quais são os objetivos da entidade?

PL: Na missão da Rits está o desafio de ser uma rede virtual capaz de proporcionar às organizações da sociedade civil a oportunidade de compartilhar informações, conhecimento, recursos técnicos e promover a interação de suas atividades por meio do uso de tecnologias de comunicação – em especial da internet.

Desde o início de suas atividades, a Rits atua com o objetivo de ser um instrumento de modernização das organizações da sociedade civil e se consolidou como uma iniciativa arrojada e pioneira, tendo se tornado uma referência no que diz respeito à produção de conteúdos voltados para os interesses do Terceiro Setor e à articulação das organizações da sociedade civil em função de objetivos comuns no Brasil. Cada vez mais a Rits se coloca à frente de discussões estratégicas sobre

o acesso à informação, a infoexclusão e suas conseqüências para o país.

No desenvolvimento de suas ações, a Rits se baseia nos seguintes eixos de atuação:

- Produção e difusão gratuita de informações qualificadas sobre e para as organizações do Terceiro Setor, por meio da internet.
- Articulação de organizações em rede, promovendo o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de iniciativas.
- Disponibilização de recursos tecnológicos que apóiam as organizações no uso das tecnologias de comunicação e informação para facilitar o desenvolvimento de suas atividades e otimizar o alcance de seus objetivos institucionais.
- Formulação de políticas públicas no campo da difusão do uso cidadão das tecnologias de informação e comunicação.
- Educação para o uso e apropriação social das tecnologias de informação e comunicação por entidades da sociedade civil.

Filantropia: Quais os principais projetos da Rits?

PL: Os principais projetos são:

- **Fortalecimento de entidades no Norte e Nordeste (desde 2001)**
Em parceria com a Fundação Kellogg, a Rits vem desenvolvendo um trabalho de formação continuada para fortalecimento da gestão de entidades do Terceiro Setor nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com o uso de tecnologias de treinamento a distância via internet. Em parceria com a Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL), a Rits também participa da rede Pronord no desenvolvimento, emprego e capacitação para o uso de ferramentas e metodologias de ensino e colaboração a distância junto a gestores de ONGs e projetos sociais.
- **Telecentros comunitários em São Paulo (2002-2004)**
A Rits foi responsável pelo projeto de implementação de telecentros comunitários na cidade de São Paulo, em parceria com a prefeitura municipal. Foram instalados 130 telecentros – com 20 estações de trabalho cada e software livre –, que hoje atendem cerca de 500 mil pessoas por mês. O projeto também apoiou a implantação de telecentros nos Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Revista do Terceiro Setor

i www.rets.org.br

Mosaico Social

i www.mosaicosocial.org

Provedor Rits

i www.ritsnet.org.br

Programa Sociedade da Informação

i www.socinfo.org.br
www.socinfo.gov.br

- **Inclusão digital: Bahia, Pernambuco e Paraíba (desde 2002)**

A Rits desenvolve um projeto de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para o desenvolvimento humano que envolve 40 entidades civis do interior da Bahia, Pernambuco e Paraíba. O projeto, que contou com o apoio da IBM e da Inter-American Foundation, levou computadores, acesso à internet e capacitação para o uso estratégico das TICs a pequenas ONGs do interior do Nordeste.

- **Expo Brasil – Rede DLIS (desde 2002)**

Sob coordenação da Rits, a Expo Brasil Desenvolvimento Local é um macroevento anual que se constitui como a principal expressão de uma rede de conhecimento sobre desenvolvimento local integrado e sustentável (Rede DLIS). A próxima Expo Brasil será realizada em Salvador de 6 a 10 de dezembro de 2006.

- **Oficinas de inclusão digital e encontros nacionais de telecentros (desde 2002)**

A Rits tem sido co-organizadora das oficinas anuais de inclusão digital, em parceria com várias entidades civis nacionais e internacionais e com o governo federal. Essas oficinas contam com a participação de centenas de operadores de projetos locais de inclusão digital (em sua grande maioria telecentros comunitários), bem como especialistas e interessados em estratégias de apropriação das TICs para o desenvolvimento humano.

- **Rede comunitária nos rios Tapajós e Arapiuns (desde 2003)**

A Rits participa do projeto de desenvolvimento de uma rede comunitária que beneficia as comunidades ribeirinhas dos rios Tapajós e Arapiuns, na área de atuação do projeto Saúde e Alegria – que envolve mais de 140 comunidades.

- **Casas Brasil (desde 2005)**

A Rits participa dos projetos de implantação de telecentros comunitários (incluindo as Casas Brasil) apoiados pelo governo federal. É co-responsável pela implantação de 50 Casas Brasil em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e a Petrobras, entre outros projetos distribuídos em todo o país.

- **Sistema operacional e aplicativos de software livre (desde 2002)**

Nos projetos de inclusão digital em que participa, a Rits tem priorizado o uso de software livre e de código aberto, baseados no sistema operacional GNU/Linux. Como parte de seu trabalho de apoio a telecentros comunitários, a Rits desenvolve um sistema de gestão operacional de telecentros, que permite inclusive que cada usuário tenha uma identificação e senha que podem ser utilizados em qualquer telecentro do sistema. Isso permite a manutenção de estatísticas de utilização a partir de cada usuário e não de contas genéricas de acesso, dando uma qualidade maior às estatísticas de uso dos telecentros.

Filantropia: Para desenvolver seus projetos e estipular linhas de atuação, a Rits utiliza como base experiências do exterior?

PL: A Rits é uma entidade que, especialmente a partir de 2000, mantém forte interlocução com entidades e redes internacionais. A Rits é o “nó” brasileiro da Associação para o Progresso das Comunicações (APC) e, durante o processo da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (uma conferência de Chefes de Estado das Nações Unidas), consolidou-se como entidade capaz de monitorar acordos internacionais e políticas públicas nacionais nos campos das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento, em especial no Brasil, no campo da inclusão digital.

Nossa estratégia de implementação de telecentros comunitários se inspirou em experiências latino-americanas, mas agregamos módulos de gestão comunitária, de indicadores, adotamos o software livre e computadores de custo mais baixo. Além, é claro, da extensão geográfica brasileira, que contribuiu para a criação de uma forma bastante diferente da original.

Filantropia: Quais os resultados mais expressivos conquistados pela entidade?

PL: Avalio que o reconhecimento pelas Nações Unidas do status consultivo geral do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) é uma conquista muito importante para nós. A conformação do Projeto Rits.lac, que é a socialização das estratégias de tratamento da informação e comunicação da Rits para entidades parceiras na América Latina, é um avanço bastante significativo.

Esse projeto acaba de lançar um portal chamado Mosaico Social, que é uma seleção de informações a partir do olhar da sociedade civil de nossa região. Destacaria também o

crescimento da associação de entidades à Rits, o que aumenta sobremaneira a responsabilidade técnica de nosso provedor, assim como nossa estratégia de sustentabilidade.

Filantropia: Qual a situação do Brasil em relação ao acesso à informação, se comparado com outros países? Aliás, quais são as nações mais avançadas nessa questão?

PL: O Brasil reflete o cenário da concentração de renda na distribuição do acesso às tecnologias de informação e comunicação. Forte concentração no Sudeste e no Sul, nas classes A e B, um baixo índice de escolas públicas conectadas e um número pouco significativo de telecentros comunitários ou de iniciativas de acesso coletivo à internet, em especial no semi-árido brasileiro e na Amazônia. É importante lembrar também que as periferias das grandes cidades também estão isoladas do acesso à internet.

As empresas, temerosas pela violência e pela ausência do Estado, se negam a instalar os serviços em algumas regiões. Por outro lado, as políticas previstas para universalização dos serviços de telecomunicações no Brasil do tempo das privatizações naufragaram. O mercado não atendeu e não atenderá áreas desfavorecidas economicamente, e os recursos públicos, como os do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que hoje acumula cerca de R\$ 5 bilhões, nunca foram empregados. Não temos uma política pública para reverter esse quadro e, sim, uma desordenada quantidade de projetos pequenos, de ministérios e estatais, que juntos não significam uma real transformação desse cenário.

Os dados atuais indicam que alguns países já superaram 95% de sua população conectada ou com possibilidades de baixo custo de conexão. Finlândia, Noruega e outros países desenvolvidos já chegaram lá. O Brasil, mesmo para os dados mais otimistas, não teria alcançado 20%, ainda que os dados possíveis de se coletar hoje são pouco consistentes. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) ainda irá incluir perguntas sobre conexão à internet e só em próximo resultado é que poderemos ter um retrato mais fiel da realidade.

Filantropia: Por sua experiência com comunicação digital, você considera que a tecnologia contribui para a inclusão social? Ela não afasta ainda mais aqueles que estão à margem da revolução e não têm acesso à informação?

PL: Em um mundo dominado por uma globalização injusta e desigual, em que a

É preciso assegurar que a internet seja compreendida como um bem público, um direito do cidadão e com formas democráticas de sua gestão



Paulo Lima (2ª à esquerda) defende a democratização internacional da governança digital

sociedade civil se manifesta das mais diversas formas e em diferentes espaços na busca por alternativas que possibilitem a construção de um mundo mais justo e solidário, a comunicação é um tema político, uma ferramenta de dominação – ou de libertação – um instrumento de poder.

Trabalhamos justamente contra esse risco, da exclusão e da condenação dos países em desenvolvimento à periferia da economia. A inclusão digital compreendida como instrumento para a inclusão social é central nesse sentido. É preciso assegurar que a internet seja compreendida como um bem público, um direito do cidadão e com formas democráticas de sua gestão.

Filantropia: Em que estágio está a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI)? Do que se trata o Programa Sociedade da Informação (Socinfo)?

PL: A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação criou uma anomalia nos processos de conferências de chefes de Estado nas Nações Unidas. Realizou-se em duas fases e, na segunda, em Tunis (Tunísia), não apresentou um documento único como as tradicionais Cartas de Princípios e Plano de Ação. O processo terminou em aberto, não houve consenso em relação à governança da internet. A infra-estrutura e a gestão de números e nomes de domínios na internet são responsabilidade de uma entidade sob um contrato com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos. O que as entidades da sociedade civil buscam é a conformação de uma nova estrutura de governança realmente internacional, democrática e transparente.

O Programa Sociedade da Informação foi desenvolvido a partir de um estudo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e instituído pelo decreto presidencial nº 3.294/99. Fez parte do conjunto de projetos que compuseram o Plano Plurianual 2000-2003 do

governo federal, com um orçamento previsto de R\$ 3,4 bilhões, e foi coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Em setembro de 2000, foi lançado o Livro Verde da Sociedade da Informação, mas o Programa Sociedade da Informação não foi adiante, nem as metas apresentadas pelo Livro Verde. Oficialmente o Programa Sociedade da Informação não foi descontinuado, contudo, não produziu nenhuma linha na direção de um plano de ação que impulsionasse a sociedade da informação no país.


Filantropia: Qual o papel da Rits e de outras organizações que trabalham pela democratização da informação no fortalecimento do Terceiro Setor?

PL: A Rits faz parte de algumas articulações pela democratização das comunicações no Brasil, como a Campanha pelo Direito à Comunicação (Campanha Cris, na sigla em inglês). Realiza, com outras organizações, a Oficina de Inclusão Digital já há cinco edições e vem trabalhando para que mais entidades da sociedade civil e que as empresas com decisões estratégicas sobre sua responsabilidade social ponham em sua agenda as questões que buscamos apontar.

O fortalecimento do Terceiro Setor hoje no Brasil é questão de vida ou morte de uma democracia moderna. A utilização de entidades de fachada, chamadas genericamente de ONGs para viabilizar a transferência de recursos públicos para fins irregulares, sem objetivo social, seja por meio de emendas parlamentares ou por convênios, é um enorme desserviço para as entidades idôneas.

Estamos todos sendo tratados como uma coisa só. Entidades respeitadas, de grande impacto na transformação social de suas realidades e com tradicionais articulações comunitárias são confundidas com essas falcatruas. É preciso dizer, contudo, que as entidades que zelam

por sua transparência administrativa, pelo pertencimento aos movimentos e causas sociais não se deixam envolver por propostas que não são criadas em seus escritórios.

Lamentavelmente, foram empresas e políticos inescrupulosos que criaram os mecanismos e as falsas entidades que mancham e põem sob suspeita a saudável relação entre Estado e sociedade civil. É hora de se debater amplamente a questão, de se reabrir o debate sobre o Marco Legal do Terceiro Setor, das emendas parlamentares e da isenção fiscal. O risco do retrocesso existe, pelo exagero do controle, mas nada é mais importante para as entidades do Terceiro Setor que a sua idoneidade reconhecida. 

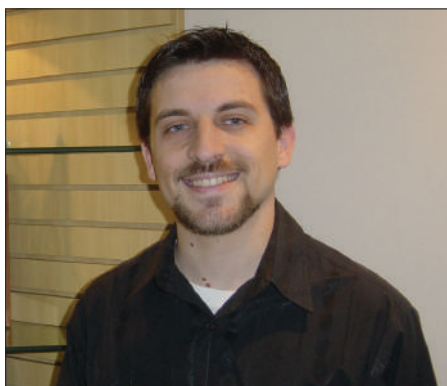
Rits

i Rua Guilhermina Guinle, 272
6º andar
Botafogo – Rio de Janeiro/RJ
www.rits.org.br
rits@rits.org.br
(21) 2527-5494

Desmistificando a mala-direta

Desde que bem programadas, as cartas podem identificar e proporcionar para a organização doadores leais, crescimento rápido e uma fonte consistente de recursos

Ader Alves de Assis Jr.
aderjr@fundocristao.org.br



Todos os anos, pessoas doam bilhões para organizações do Terceiro Setor. Alguns doam pequenos cheques de R\$ 10 ou R\$ 15, outros fazem contribuições de milhões, como vimos recentemente nos Estados Unidos, quando Mr. Buffet transferiu sua fortuna em vida para a Fundação Bill and Melinda Gates.

O ponto focal é que tanto os doadores de pequenas contribuições quanto os de milhões de reais têm algo surpreendentemente em comum: fizeram a primeira doação quando receberam uma carta que pedia apoio financeiro. A maioria das doações inicia-se todos os anos dessa mesma maneira: com uma carta! Se analisarmos as organizações que trabalham com doações mensais, tudo começa também com a correspondência. A carta estabelece um ponto comum entre o indivíduo em situação de risco e o doador.

Para as organizações do Terceiro Setor a carta representa a oportunidade de começar a desenvolver uma fonte segura de financiamento. Já para os doadores, oferece um modo de participar e ajudar os menos afortunados. Seja como for, para a grande maioria dos doadores, até mesmo aqueles que eventualmente se tornam doadores de grandes quantias, a primeira carta provavelmente era mala-direta, como essas que você acha diariamente em sua caixa postal.

Importância da ação

A mensagem pode ter sido uma nota pessoal de alguém que se conheceu na organização. Como essas cartas transformam dois estranhos em amigos leais, cuja generosidade apóia a organização, a mala-direta é o ponto central. Existem muitos tabus em nossa sociedade, como o de que mala-direta não funciona, que é só para os países desenvolvidos e que ninguém doa por esse meio.

Entretanto, se corretamente executada, a mala-direta pode identificar e proporcionar para a organização doadores leais, crescimento rápido e uma fonte consistente de recursos. Igualmente importante, a estratégia de utilização da mala-direta pode também identificar as

pessoas com perfil adequado para fazer grandes doações e legados (do inglês *legacies*: doações de capitais e herança), dos quais o sucesso futuro da organização também depende.

Além de gerar recursos para a organização, a mala-direta pode criar e sustentar as relações com doadores, que são o núcleo principal do processo de desenvolvimento, idealmente, quando integrado com os outros meios de mobilização de recursos e as atividades de comunicação.


Quase toda organização internacional de desenvolvimento que conta com doadores individuais ou associados para a sustentabilidade de seus programas sociais pratica alguma forma de mobilização de recursos por meio da mala-direta. Afinal de contas, ainda há um limite de informação que você pode passar para doadores em uma abordagem de comunicação de massa, no telefone, ou até mesmo na abordagem pessoal.

Também é raramente possível almoçar com cada um dos doadores de sua organização. Isso exigiria tempo, que muitas vezes precisa ser priorizado para outras atividades da organização. É nesse momento que as cartas entram em ação.

Por que usar?

A abordagem para mobilizar recursos pela mala-direta está baseada na convicção de que os doadores são inteligentes, sofisticados e perspicazes. Ao longo do tempo, a experiência mostra que mudanças sutis no texto, design ou no público-alvo de uma ação podem afetar dramaticamente o resultado.

Doadores entendem muito mais sobre o processo de mobilização de capitais do que normalmente se pensa. Na verdade, mobilizar recursos por meio da mala-direta é uma ferramenta importante para a educação da sociedade sobre as questões sociais de nosso país. Para muitos indivíduos, as correspondências desse tipo também são fonte vital de informação. Assim, doadores inteligentes e compassivos respondem a cartas que são acessíveis aos



Constantemente, pesquisas revelam que cartas provêm os meios para a maioria dos indivíduos doar pela primeira vez ou se tornar um doador mensal de uma organização

leitores, que reflitam os programas e a missão de uma organização com precisão, e que sejam atraentes e notáveis em design.

Pergunte a qualquer pessoa que trabalhe com mala-direta e você ouvirá histórias de taxas de retorno que aumentaram ou caíram quando a arte no envelope exterior foi mudada ligeiramente, ou uma lista nova foi usada, ou ainda um prêmio foi oferecido aos que primeiro responderam à carta. Na verdade, é assim que surgem as inovações em mobilização de recursos. São saltos que trazem uma nova visão ao profissional de marketing e captação.

No entanto, inovações não ocorrem facilmente ou freqüentemente. Como mudanças qualitativas em outros campos, esses saltos enormes no desenvolvimento da mobilização de recursos acontecem raramente. Além disso, eles só ocorrem quando são procurados. Sem um compromisso organizacional contínuo de testar várias abordagens, explorando novas listas, ofertas e pacotes, como também variações significantes nas listas e pacotes existentes, inovações são improváveis de acontecer.

Benefícios

Mala-direta pode ser complicada, cara, demorada e requer atenção fanática ao detalhe. Não há muitas pessoas que pensam que seja divertido. Mas, mundialmente, é o melhor modo de recrutar novos doadores para sua organização. A razão é que, na maioria das vezes, é eficiente em custo, principalmente quando se fala em construir uma base estável para a organização.


Constantemente, pesquisas revelam que cartas provêm os meios para a maioria dos indivíduos doar pela primeira vez ou se tornar um doador mensal de uma organização. Além disso, a mala-direta permite o desenvolvimento de doadores por meio de técnicas muito utilizadas e conhecidas pelos profissionais de marketing direto, como *crossselling*, *upselling* e *upgrading*. Assim, a mala-direta provê um fluxo constante de renda irrestrita às organizações.


Muito freqüentemente, organizações têm expectativas irreais quando o primeiro esforço de mala-direta é empreendido. Esse deve ser um processo contínuo de longo prazo para construir uma estratégia sólida de mobilização de recursos. Quanto mais tempo uma organização permanecer com a estratégia de mala-direta, como regra geral, mais eficiente o processo se torna.

A quantia crescente de recursos mobilizados pelos apelos ou campanhas regulares, com o foco no longo prazo e que atrai quantidades crescentes de doadores, mais que justifica um investimento razoável para adquirir uma nova base de doadores. Na maioria dos casos, conquistar doadores novos ou sócios pelo correio parece significar perda de dinheiro no esforço inicial. Tipicamente, se a aquisição ou programas de prospecção é só um “tiro no escuro”, ou envio ocasional inicial, o retorno é de apenas 50-75% do investimento.

Em todo caso, mudanças sutis ou dramáticas são o “café com leite” dos profissionais que utilizam a mala-direta para mobilizar recursos. Mas como saber se as mudanças serão para melhor? A única maneira que conheço de confirmar as suposições é testando.

O teste de resposta direta é de longe a maneira mais fácil para definir uma estratégia de mobilização de recursos. Entretanto, a maioria dos profissionais ignora completamente a necessidade de testes. Há ainda aqueles poucos que testam constantemente, ou analisam resultados de testes completamente, e que sempre melhoram os resultados de suas ações a partir das lições aprendidas.

Meu desafio para você hoje é uma tentativa de lançar luz em algumas das realidades mais importantes de testar e utilizar a mala-direta: seu verdadeiro valor e não só o que nós poderíamos imaginar ser; seu caráter na prática, e não apenas na teoria; e suas limitações que, na realidade, são muitas. 



Ader Alves de Assis Jr. Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças, mestre em administração e professor de marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

Contratação de portadores de deficiência e as entidades beneficentes

Por assistirem as pessoas deficientes, as organizações do Terceiro Setor estão dispensadas da Lei de Quotas

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



Tatiana Magosso Evangelista
tatiana@mbiasioli.com.br



A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou em 1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o tema Participação Plena e Igualdade. Tal fato teve grande influência em todos os países signatários, no tocante a busca de normatização de isonomia de direitos das pessoas portadoras de deficiência (PPDs). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o mundo possui cerca de 600 milhões de deficientes, e, segundo o último censo demográfico, 24 milhões são brasileiros.

No Brasil, destacando as principais legislações sobre o tema, registra-se que, em 1989, a lei nº 7.853 regulou o apoio às pessoas portadoras de deficiência, com previsão sobre sua integração social e a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), além de estarem previstos justiça social, respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros princípios gerais de direito aos deficientes. Foram reguladas também as situações pertinentes à educação, saúde e trabalho, e, ainda, definidos como crime diversos atos atentatórios às pessoas portadoras de deficiência.

Em 1991, com o advento da lei nº 8.213, determinou-se a proteção ao trabalho das PPDs, uma vez que as empresas foram obrigadas legalmente a empregar esse público, de acordo com a proporção apresentada no quadro ao lado.

Já no ano de 1993, foi instituída a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência pelo decreto nº 914. No ano de 1999, o decreto nº 3.298 regulou a lei nº 7.853, que definiu a atuação da política nacional para a integração das PPDs e adequou a lei à situação real da população, de acordo com sua evolução, prevendo, ainda, sobre o acesso à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer.

A inclusão das PPDs no mercado trabalho

Por conta da regulação legal e da não efetividade da norma, muitas empresas e entidades sociais estão recebendo notificações do poder público convocando seus representantes a comprovarem a inserção de pessoas portadoras de deficiência em seus quadros funcionais, de acordo com a quota mínima instituída por lei. O fato certamente deriva da iniciativa do governo federal que, em 1998, decidiu fiscalizar a aplicação da lei e, para tanto, baixou a portaria nº 4.677 do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), publicada no DOU em 30/7/98. Tal portaria determinou o prazo de 30 dias para que o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) estabelecesse uma sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, para o fiel cumprimento dessa obrigação.

O ato da administração pública tem acirrado a discussão entre os entes sociais, perante o entendimento de que tal previsão somente se aplica às empresas. Pelo novo conceito civil¹, a empresa é aquela que exerce profissionalmente atividade econômica, ou seja, que produz lucro. Sendo assim, as instituições que possuem em sua gênese a não-geração de qualquer fim econômico não podem ser equiparadas às empresas, o que lhes desobriga de respeitar a Lei de Quotas de PPDs.

Outro entendimento quanto à não-sujeição que tem tido eco é o argumento de que as instituições sociais, por complementarem as ações de promoção humana em nome do Estado, entre elas a tutela às PPDs, não podem ser compelidas a também contratá-las como empregados, pois seria um verdadeiro contra-senso.

Assim, nosso principal desafio é contribuir abaixo para o desfecho desta acalorada polêmica.

Reflexão sobre a Lei de Quotas

Partindo da premissa preambular de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza², a própria carta magna ordenou em seu art. 24, XIV, poderes ao Estado legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, visando justamente a isonomia de direito e o aniquilamento de qualquer discriminação.

Não obstante ser do Estado³ a responsabilidade da tutela às PPDs, o legislador também invocou a participação da sociedade para tal fim. Dentro do princípio geral da atividade econômica, encontramos que: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: III – função social da propriedade; VII – redução das desigualdades regionais e sociais (...)”⁴.

Em outras palavras, a propriedade, ora derivada da própria atividade econômica das empresas, não pode se prestar a tão somente produzir dividendos aos seus acionistas, mas em especial contribuir com a minoração das desigualdades, entre elas, as atinentes às PPDs.

Assim, não há qualquer suscitação sob o ponto de vista legal quanto ao fato de que a previsão de quota mínima para a contratação de mão-de-obra de PPDs deve ser respeitada pelas entidades sociais, pois reflete a função social da iniciativa pública/privada, não só pelo Segundo Setor (empresas), ante a previsão contida no art. 93, da referida lei nº 8.213/91, mas em especial pelo Primeiro Setor (Estado), dada as previsões constitucionais⁵ e legal consoantes, que se verifica na lei nº 8.112/90.


O próprio Superior Tribunal de Justiça referendou a previsão constitucional ao julgar a proteção ao trabalho das PPDs⁶, cuja ementa parcial assim aduz: “Deve o administrador reservar percentual das vagas destinadas a concurso público, às pessoas portadoras de deficiência, nos limites estabelecidos em lei, regulando o acesso quanto à compatibilidade das atribuições do cargo e as deficiências de que são portadoras.”.

Polêmica entre as entidades sociais

Ante a teoria acima erigida, entendemos o seguinte:

1. Não consta na lei que a entidade social esteja obrigada a respeitar o limite de quotas para inserção no seu quadro de pessoal as PPDs, mas, sim, que elas poderão intermediar a modalidade de inserção laboral na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial, e na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida de produção ou terapêutica⁷.
2. Para este fim, ela não pode ser equiparada a uma empresa, pois:
 - a) A finalidade de toda entidade beneficente de assistência social é a promoção humana. Visa à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, à integração ao mercado de trabalho e, principalmente, à habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária das pessoas portadoras de deficiência.
 - b) A sua função social é de assistir a pessoa humana, especialmente a PPD, que não possui condição mínima de suprir suas necessidades básicas como de alimentação, vestuário, saúde, educação e locomoção.
3. A instituição não constitui patrimônio de indivíduo, pois tudo que adquire se reverte para a própria finalidade, ou seja, toda a sua propriedade possui função social.

Neste diapasão, entendemos que pelo princípio da igualdade de direitos, as PPDs possuem a prerrogativa de se candidatarem a prestar serviços em prol das entidades sociais, em especial daquelas que possui missão de tutelá-las, e qualquer indício de discriminação nesta busca poderá refletir sanção punitiva, inclusive na seara criminal.

Por outro lado, as entidades beneficentes também por ordem legal⁸ possuem o dever de assistir as PPDs, mesmo porque se coaduna com a gênese de sua própria missão. Porém, em face de toda a construção doutrinária acima, elas não se subsumem, ou seja, não estão obrigadas a cumprir o art. 93 da lei nº 8.213/91, para a contratação de pessoas portadoras de deficiência. Exigir delas o contrário implicará no fomento da sanha arrecadatória do Estado e no desvio de sua função social de assistir e não empregar. 



É importante saber determinar o que medir, quais os indicadores são mais relevantes e quais fundamentos serão usados nessa mensuração

| Número total de empregados | Vagas para PPDs em relação ao total |
|----------------------------|-------------------------------------|
| 100 a 200 | 2% |
| 201 a 500 | 3% |
| 501 a 1.000 | 4% |
| 1.001 ou mais | 5% |

Marcos Biasioli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, idealizador e editor da Revista Filantropia.

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasioli Advogados Associados, graduada pela PUC/SP, especialização em Direito do Terceiro Setor pela FGV/SP e pós-graduanda em Direito Processual Tributário na PUC/SP.

¹ ART. 966 E SEQUENTES DO CÓDIGO CIVIL.

² ART. 5º E 7º, XXXI, DA CF/88.

³ ART. 208, III, 227, PARÁGRAFO 2º E 244, DA CF/88.

⁴ ART. 5º, XXIII, COMBINADA COM O ART. 170 DO MESMO DIPLOMA CONSTITUCIONAL.

⁵ ART. 7º, XXXI, 37, VIII.

⁶ EMENTÁRIO STJ, Nº 19/008 – RMS Nº 2.480-5/DF.

⁷ DECRETO Nº 3.298/99, QUE REGULA A LEI Nº 7.853/89, ART. 35.

⁸ LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS), Nº 8.742/93.

Cooperativas como instrumento do desenvolvimento e da inclusão social

As cooperativas respondem pela geração de aproximadamente 6% do PIB brasileiro e por 200 mil empregos diretos

Walter Barelli
deputado@walterbarelli.com.br



As cooperativas são um importante instrumento de promoção do desenvolvimento e da inclusão social em todo o mundo. A Aliança Cooperativa Internacional informa que cerca de 800 milhões de cooperativados, organizados em aproximadamente 657 mil cooperativas, têm neste modo de produção a fonte de renda que necessitam para manterem a si próprios e a suas famílias. Considerando-se, de maneira conservadora, que as famílias são compostas de pelo menos quatro pessoas, conclui-se que as cooperativas são responsáveis, em algum nível, pela renda de 3,2 bilhões de pessoas em todo o mundo.

No Brasil, o cooperativismo ainda está por realizar toda a sua potencialidade de geração de ocupação e riqueza. Ainda assim, já são aproximadamente 6,8 milhões de cooperados, organizados em cerca de 7,5 mil cooperativas de produção, serviços, consumo, saúde, transporte, crédito, produção agropecuária, habitacional, mineração, turismo e lazer, educacional, trabalho e natureza especial, todas congregadas na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). A operação das cooperativas responde pela geração de aproximadamente 6% do PIB brasileiro e por 200 mil empregos diretos, pois as cooperativas têm empregados em funções não previstas em seu estatuto social.

A cooperativa é uma organização de livre adesão com no mínimo 20 pessoas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática, com objetivos econômicos e sociais comuns e aspectos

doutrinários e legais distintos de outras sociedades. Cooperativas não têm lucro, mas, sim, resultados, que são divididos entre os cooperados de acordo com o decidido nas assembléias gerais. Nessas organizações, são os cooperados que escolhem seus diretores e não há a exploração do trabalho. Só há cooperativa quando essas condições se verificam.

As cooperativas são, portanto, entidades completamente diferentes da empresa capitalista. O trabalho nas cooperativas não é regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No momento, isso significa um incentivo à contratação em geral de cooperativas, porque não há obrigação de recolhimento de encargos sociais. Esse atrativo particular das cooperativas, entretanto, pode ser circunstancial: defendo, dentro e fora do Congresso Nacional, que seja adotada outra base de cálculo, que não a folha de salários, para o pagamento dos encargos sociais pelas empresas. Ressalto que as boas cooperativas fixam a carga horária de seus associados em no máximo 44 horas por semana, oferecem melhor remuneração para o trabalho noturno e insalubre e constituem fundos para garantir, no mínimo, o custeio de outros direitos sociais como descanso semanal e anual.

Existem cooperativas de médicos, de dentistas, de enfermeiras, bem como de outras categorias profissionais. A subordinação no trabalho inexistente nesse tipo de organização, ainda que possa haver divisão do trabalho, com

Cooperativas não têm lucro, mas, sim, resultados, que são divididos entre os cooperados de acordo com o decidido nas assembléias gerais

o estabelecimento de chefias de equipes, por exemplo. Mesmo assim, estas decisões têm que ser aprovadas nas assembleias gerais.

As cooperativas não podem prescindir de um marco legal consolidado para cumprir seu papel como instrumento efetivo de promoção do desenvolvimento e da inclusão social. A lei nº 5.764/71 estabeleceu as regras que permitiram o surgimento e florescimento de muitas cooperativas por todo o país. No entanto, é necessário avançar para garantir a realização de todo o potencial virtuoso desse modo de produção. Trata-se da construção de legislação específica para as cooperativas de trabalho.

Foi assim que, em estreita colaboração com a OCB, apresentei, em dezembro de 2005, o projeto de lei nº 6.449/05, que dispõe sobre o ato cooperativo típico de cooperativas de trabalho. A iniciativa era premente. São mais de 425 mil cooperados no Brasil, organizados em quase 2 mil cooperativas de trabalho em todo o país.


O projeto define ato cooperativo “como a organização diretiva, técnica, disciplinar e assistencial das atividades laborativas de seus sócios na prestação de serviços, de forma continuada e

em equipes coordenadas, quando identificadas com o objeto social da cooperativa”. Orientado pelos princípios gerais do cooperativismo, pelos direitos sociais, pelos valores do trabalho e da livre iniciativa, pela autogestão e pela educação continuada, o projeto permite operações com qualquer gênero de serviço ou atividade, inclusive via licitações públicas.

Ademais, o projeto de lei nº 6.449 confirma a aplicabilidade das normas de segurança, medicina e higiene do trabalho às cooperativas, garante retorno integral do resultado de suas atividades aos sócios e permite a realização de atividades não eventuais nas dependências dos contratantes, com autonomia.

O objetivo do projeto é claro: quer-se garantir, especialmente para a área do trabalho, segurança à operação de um modo de produção cuja importância tende a crescer nos próximos anos. Trata-se, de uma resposta ao desemprego, como é o caso de parte das cooperativas de reciclagem de materiais como papéis, plásticos e metais. Também é uma forma de buscar na cooperação uma saída para a falta de oportunidade que caracteriza o mercado na atualidade, como as cooperativas de costureiras.

A tendência de crescimento das cooperativas de trabalho também se dá no Terceiro Setor. As instituições sem fins lucrativos, pressionadas pela dificuldade de custear suas atividades, cada vez mais têm optado pela contratação de cooperativas de trabalho. Se esse arranjo estiver operando em favor das instituições, que prestam serviços relevantes para o povo brasileiro, como também estiver garantindo mais ocupações de melhor qualidade para os trabalhadores cooperados, traduzidos em termos de sua renda e bem-estar, então, talvez se esteja diante da realização do potencial virtuoso da implementação do cooperativismo do trabalho.

É inquestionável que o trabalho é o meio mais digno de inclusão social. Por isso, a defesa dos interesses das cooperativas, e em especial das cooperativas de trabalho, justifica o espaço que tem tido em minha atuação parlamentar. 

Walter Barelli: Membro da Frente Parlamentar de Cooperativismo.



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

40 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

São Paulo
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611
Brasília/DF - CEP 70340-000

Idéias que sustentam ideais

Organizações sociais desenvolvem alternativas criativas para driblar a falta de verbas e assegurar a sustentabilidade de seus projetos filantrópicos

Rigéria Salado

Na cartilha do bê-á-bá, em que cada entidade social estuda teorias e práticas de gestão institucional, o verbo sustentar ocupa posição de destaque ao servir como meta, dentro do planejamento estratégico, na garantia da sobrevivência de projetos comunitários, programas solidários e, até mesmo, da própria organização.

O conceito de sustentabilidade, antes ligado às questões ambientais, começou a ser interpretado como forma de dar maior autonomia financeira às instituições sem fins lucrativos na década de 1990. Hoje, é discutido com frequência tanto nas reuniões administrativas internas quanto em mesas-redondas, fóruns, videoconferências, seminários e congressos relacionados ao Terceiro Setor no Brasil e no mundo.

Para comprovar que o desafio de se auto-sustentar é uma questão atual e um desafio futuro, Lizete Prata, diretora-executiva da Associação Mundaréu, enfatiza que “as ONGs novas não podem pensar em ser criadas sem saber como vão sobreviver. A entidade deve ser criada junto com seu projeto de sustentabilidade, porque o investimento privado, em muitos casos, não é contínuo”.

E por quais vias as entidades sociais podem buscar alternativas que levem à sustentabilidade? Para Felipe Albejante Palazzi, coordenador de desenvolvimento social do Senac Jabaquara, em São Paulo, “o ideal seria que uma ONG tivesse várias fontes de recursos, por meio de agências do governo, sócios contribuintes, instituições religiosas, agências internacionais, eventos, bazares, empresas, produtos ou serviços que possam vender no mercado ou, até mesmo, com prêmios e concursos. É melhor quando a fonte é diversificada, porque, se houver uma falha na captação, há como cobrir este déficit por outros meios”.

Qual o segredo para o sucesso?

Apesar de ser grande o número de opções para a captação de recursos, a conquista da tão sonhada independência financeira pode ser algo complexo. Pesquisas do IBGE indicam que há 276 mil associações sem fins lucrativos e fundações privadas no país, que disputam a atenção e os recursos provenientes do poder público, do segmento corporativo e da comunidade. E o que faz com que uma associação filantrópica consiga alavancar seu projeto de sustentabilidade?

Segundo Patrícia Helena Veríssimo Braga, superintendente da Associação Anália Franco – situada em Itapetininga (SP) –, “tudo deve ser baseado no planejamento, trabalho em rede, controles, visão de longo prazo, conhecimento da comunidade onde a organização atua, relacionamento aberto com os beneficiários e, principalmente, no comprometimento dos envolvidos”.

Solange Bottaro, superintendente da ONG Missão Ramacrisna, de Betim (MG), complementa que “é essencial agir profissionalmente. O mercado não nos acolhe diferentemente por sermos uma organização social. Precisamos ter qualidade, preço e excelente administração, porque o sucesso do projeto de sustentabilidade significa um maior número de pessoas atendidas com maiores possibilidades de crescimento e mais qualidade nos serviços que prestamos a elas”.



Para realizar ações sociais sustentáveis, a entidade pode criar alternativas para captar recursos originários de quatro vertentes:

- **Recursos humanos:** voluntários, professores, consultores etc.
- **Recursos financeiros:** dinheiro, fundos de investimento etc.
- **Recursos materiais:** doações de alimentos, equipamentos etc.
- **Recursos do conhecimento:** estudo de metodologias de gestão.

“Se o projeto é inovador, a entidade tem credibilidade, experiência e comprova que gera mudanças em seu público-alvo, ela consegue mais recursos. Um projeto é auto-sustentável quando apresenta os quatro tipos de recursos, e gerará mais resultados se for bem construído, feito em equipe e possuir um bom sistema de avaliação e monitoramento”, diz Felipe Palazzi.

Já como forma de equilibrar as receitas e as despesas, “planejamento e administração profissionais são essenciais”, aconselha Luiz Fernando Custódio Filho, gerente de atração de investimentos do Complexo Pequeno Príncipe, situado em Curitiba (PR).

Como fabricar oportunidades

Mirando horizontes mais amplos do que a prática assistencialista permite, muitas associações sem fins lucrativos vêm desenvolvendo com sucesso diversas atividades para suprir suas necessidades monetárias e garantir a continuidade de seus projetos junto ao público beneficiário. Algumas já seguem suas políticas de desenvolvimento sustentável praticamente desde suas fundações, outras, no entanto, as foram implantando com o decorrer de suas histórias.

A criação de unidades produtivas é uma opção bastante rentável adotada por muitas entidades filantrópicas. Elas são espécies de empresas – fábricas, padarias, confeitarias, oficinas de artesanato, gráficas, entre outras, com funcionários próprios e, às vezes, até CNPJ independente – que contribuem para a estabilidade financeira pela produção e comercialização de produtos.

A ONG Palas Athena, com sede em São Paulo, promove, agencia e incuba programas e projetos nas áreas de saúde, direitos humanos, educação, meio ambiente e promoção social por meio de seu Centro de Estudos Filosóficos, que compreende três núcleos: o Centro Pedagógico Casa dos Pandavas, situado em Monteiro Lobato (SP), a Palas Athena Editora e a Palas Athena Gráfica.

“É importantíssimo criar autonomia também com unidades produtivas e não depender de incentivos e fontes externas à instituição. A Gráfica e o Centro de Estudos Filosóficos geram receitas. A primeira, pela produção de serviços gráficos para terceiros e para a própria organização, e o segundo, por meio de projetos socioeducativos, programas educacionais e culturais que sustentam as nossas obras sociais e educacionais”, conta Lúcia Benfatti, integrante da coordenação de programas educacionais da entidade.

A Associação Anália Franco, com 105 anos de existência, desenvolve atividades relacionadas à educação, saúde e assistência social com a população carente da zona rural de Itapetininga (SP) e já usou de várias formas para gerar seus próprios recursos financeiros. Publicou um jornal, montou uma tipografia, criou cursos de corte, costura e bordado e desenvolveu práticas agropecuárias.

Segundo Patrícia Helena Braga, “até 1998, a nova unidade produtiva era baseada na produção leiteira. De lá para cá, se direcionou para a produção de grãos (milho, soja, trigo, aveia, triticale e feijão) e engorda de suínos”. Porém, em momento nenhum a associação confundiu sua atividade fim (obras sociais) com suas atividades meio (*agrobusiness*). “A unidade produtiva sempre foi concebida para gerar independência de recursos externos, respeitando a missão, objetivos e valores da instituição. O objetivo sempre foi a sustentabilidade, a geração de empregos e a viabilidade dos programas sociais executados pela entidade”, completa ela.

É produzindo massas e telas de arame em duas fábricas que a Missão Ramacrisna consegue manter suas atividades solidárias desde meados da década de 1970. Solange Bottaro conta que “em torno de 50% dos recursos necessários para os projetos sociais são disponibilizados pelas unidades produtivas”. Ela apresenta perspectivas positivas para a entidade: “A visão da Ramacrisna prevê que até 2009 a organização deverá ser 100% auto-sustentável. Para isso, estamos reestruturando os setores administrativos e gerenciais, qualificando melhor os funcionários e buscando novos parceiros para o desenvolvimento de projetos inovadores”.

Bazares, chás, jantares, festas, bingos...

Para o advogado Marcos Biasoli, “uma organização pode utilizar várias formas para garantir a sua auto-sustentação, pelo desenvolvimento de projetos próprios de geração de renda (produção e venda, inclusive com a

A Associação Anália Franco mantém unidades produtivas desde o princípio. Acima: foto histórica de uma oficina de bordado. Abaixo: crianças aprendem sobre a produção de grãos

abertura de “lojas filantrópicas” ou prestação de serviços), telemarketing, realização de eventos, exploração de seu patrimônio (realização de locações, contratos de uso e exploração de marca), entre outras”.

Além dessas inúmeras opções, as doações ocupam um papel fundamental na independência orçamentária das entidades do Terceiro Setor, porque são convertidas em verbas por meio de bazares, por exemplo, e aplicadas na manutenção da própria organização ou no desenvolvimento de suas ações sociais.

No Lar Escola São Francisco (Lesf), em São Paulo, o Bazar Samburá já existe há cerca de 45 anos e arrecada mensalmente 24% da verba necessária para os programas da entidade, especializada na reabilitação de deficientes físicos. “Tudo o que se possa imaginar é vendido aqui, e não é fácil controlar a atividade. Mas se você tiver um projeto bem feito, consegue ajuda, doação” conta Clécia Salgado Teixeira, presidenta do Lesf.

Com 40 anos de existência, sete unidades espalhadas pela capital paulista, Guarulhos e Sorocaba (SP) e 300 funcionários, o Mercatudo das Casas André Luiz é responsável por 34% dos recursos captados pela organização. Para o responsável Jorge Alexandre Lima, “a seriedade e a vontade de ajudar são o segredo de tudo. Muitos doam com o intuito de nos ajudar e outros apenas para se desfazerem dos objetos que têm em casa ou na firma. Não importa, toda a doação é importante. É essencial para transformar em verba”.

Diariamente são promovidos chás e jantares beneficentes, leilões de objetos doados por celebridades, bingos, shows, campanhas televisivas e dezenas de outros eventos em prol das organizações sociais. No entanto, para a realização de todos esses eventos e manutenção das atividades diárias das entidades, é essencial a participação dos voluntários, como afirma Aracélia Costa, superintendente da Apae-SP, que possui 280 colaboradores: “Eles ajudam diminuindo

o custo operacional da entidade social. Além disso, são multiplicadores dela na sociedade. Os voluntários formam uma força tarefa motivada e de qualidade que ajuda na solução dos problemas e a cavar oportunidades”. Ela ressalta, porém, que “deve haver equilíbrio. A entidade não pode viver só do voluntariado”.

No Hospital das Clínicas de São Paulo (HC-SP), os 350 voluntários desenvolvem atividades variadas no atendimento dos pacientes carentes originários de todas as partes do país. Eles ajudam em todos os setores, fazem eventos e cuidam do bazar permanente para captar recursos para a compra de tudo o que os atendidos necessitam, desde próteses mamárias até cestas básicas.

Jussara Maria Carvalho de Amorim Melo, diretora-secretária da Associação dos Voluntários do HC-SP, destaca os desafios da atividade: “Não temos o apoio do governo nem da prefeitura. A gente luta e sempre encontra alguém que ajuda, e, mesmo com as dificuldades, é gratificante. O voluntariado é um hábito do coração e um dever cívico”.

Apoio dos parceiros

Fazer parcerias com empresas, movimentos sociais, entidades filantrópicas, colaboradores voluntários e sociedade civil. Esse é um pensamento unânime entre todos os que estão envolvidos com as questões sociais mundiais. O professor de administração de negócios da Harvard Business School James E. Austin afirma em seu livro *The Collaboration Challenge* que “vivemos em uma era em que nenhuma organização pode ter sucesso isoladamente”. Ele sugere a Metodologia dos 7 Cs – conexão, clareza, congruência, criação, comunicação, continuidade e compromisso – como meio de assegurar cada vez mais o comprometimento do parceiro com o projeto. Para Felipe Palazzi, “a eficiência é um desafio



Dicas para criar projetos de sustentabilidade de sucesso

- Elaborar projetos seguindo indicadores, metas e sistemas de avaliação e monitoramento.
- Criar unidades produtivas.
- Desenvolver e comercializar produtos ligados à ideologia da entidade.
- Trocar experiências e informações com outras entidades.
- Diversificar as fontes de captação de recursos.
- Firmar parcerias e propiciar a participação dos parceiros no projeto.
- Manter a prestação de contas bem organizada.
- Apresentar os resultados para os contribuintes e/ou parceiros.
- Organizar eventos e convidar os colaboradores para que conheçam a instituição.
- Equilibrar receitas e despesas com planejamento e administração adequados.
- Assegurar a transparência nas ações.
- Minimizar a dependência de doações ou ajuda do poder público.
- Possuir uma equipe de profissionais capacitados.
- Incluir as fontes de recursos no estatuto social da organização.

DIVULGAÇÃO

SANDRA DA SILVA BARBOSA

GUI GUIMARÃES



Da esq. para a dir.: Ety Cristina Forte Carneiro, diretora de relações institucionais, e Edson Arantes do Nascimento descerram placa na inauguração do Inst. Pequeno Príncipe. Os bazares das Casas André Luiz são grande fonte de recursos para a entidade. Funcionários envolvidos com a produção das Massas Romacrisna



O Rappa promove show em benefício à SOS Mata Atlântica

DIVULGAÇÃO

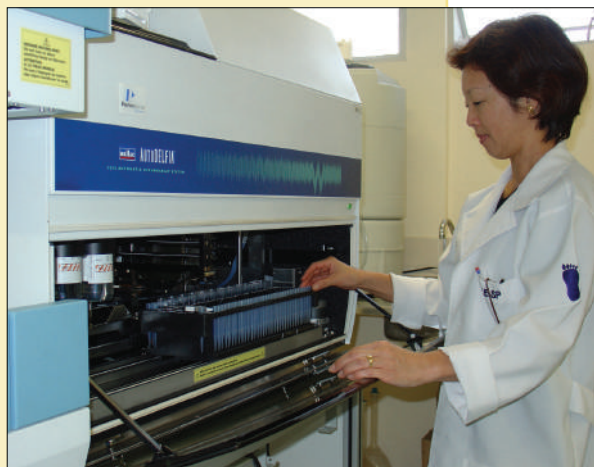
Um teste nota 10

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae-SP) possui um produto que é um grande trunfo para a sustentabilidade da entidade: o Exame de Triage Neonatal. Conhecido popularmente como Teste do Pezinho, o exame pode detectar de três a dez doenças que comprometem o desenvolvimento mental das crianças.

Desde 1976, mais de 12 milhões de crianças já fizeram o teste. Para explicar o sucesso desse empreendimento, José Eduardo Lavandos, coordenador do Laboratório Apae-SP, diz que “é necessário agregar exame, tratamento e orientação à família. É um negócio interessante desde que tenha estrutura”.

Aracélia Lúcia Costa, superintendente da entidade, completa: “É um negócio social, mas é um negócio. O segredo é ter gestores bem preparados na área, que tenham visões estratégicas e não assistenciais. As organizações sociais têm de saber mostrar para a sociedade que a sua atuação e o serviço que possuem fazem a diferença”.

Em 2005, a verba adquirida com o exame de triagem neonatal atingiu 64% da receita operacional, e a entidade conquistou 88% de auto-sustentabilidade. Para atingir a meta de 96% de sustentabilidade nesse ano, Aracélia Costa afirma que “o desafio é diversificar a fonte de receitas operacionais”.



DIVULGAÇÃO

Teste do Pezinho, oferecido pelo Laboratório Apae-SP, ajudou a conquistar 88% de auto-sustentabilidade da organização

para as entidades. Saber utilizar os recursos para gerar resultados e tecnologia social faz com que sejam criados bons projetos e firmadas parcerias de sucesso”.

Além do apoio de agências internacionais, fundações, empresas, governo e bancos, muitas entidades estão concretizando parcerias com personalidades, como é o caso da Fundação SOS Mata Atlântica. Com o show Viva a Mata, realizado no mês de junho pela banda O Rappa na casa de shows Via Funchal, em São Paulo, a entidade conseguiu arrecadar R\$ 63 mil, que serão utilizados para o plantio de árvores na região de Resende (RJ), nas imediações do viveiro comunitário de mudas de espécies nativas da mata atlântica, como explica Aduino Basílio, diretor de captação de recursos da fundação. “Para o próximo ano, estamos prevendo um novo show com a mesma banda”, acrescenta.

No Paraná, uma parceria de sucesso já cruzou as fronteiras brasileiras com a criação do Fundo Pelé Pequeno Príncipe de Proteção à Infância (Pelé Pequeno Príncipe Child Care Endowment Fund), desenvolvido para a captação de verbas destinadas à pesquisas científicas, que beneficiarão crianças de todo o mundo, e à construção da sede do Instituto Pelé Pequeno Príncipe. Inicialmente, os estudos serão sobre câncer de córtex adrenal e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

Fundado em 2005 com o apoio do próprio Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, o instituto começa agora a elaborar ações de geração de recursos. Pela internet, venderá medalhas numeradas e certificadas, confeccionadas em parceria com a Casa da Moeda do Brasil, que fazem referência a todos os gols feitos pelo craque. Também serão vendidas 261 placas especiais que remeterão a gols escolhidos pelo atleta do século. “Cada medalha é única e serão apenas 1.281 em cada série (bronze, prata e ouro), de forma que se tornarão itens raros de colecionador e, possivelmente, se valorizarão”, diz Luiz Fernando Custódio Filho.

Onde comercializar os produtos?

Usando a internet, participando de feiras e eventos, produzindo brindes para o setor corporativo, divulgando serviços e produtos em lojas filantrópicas virtuais ou físicas. Enfim, as entidades sociais podem vender as suas idéias por inúmeras alternativas criativas.

Hoje, além do comércio virtual, é bastante comum que ONGs optem por comercializar seus produtos em lojas especializadas na venda de mercadorias solidárias, já espalhadas por quase todo o Brasil. Em Curitiba (PR), a Boutique Solidária oferece confecções, acessórios, artigos de decoração, utilidades domésticas, papelaria e brinquedos feitos por organizações sociais de todas as regiões do país.

Seguindo os mesmos moldes de promover a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, social e ambiental, o Ponto Solidário, com sede em São Paulo, possui lojas também em Vitória (ES) e Porto Alegre (RS). Odile Sarue, uma das coordenadoras da loja de São Paulo, destaca a importância da atividade: “A nossa missão é fazer com que as organizações sejam aceitas comercialmente com qualidade e autenticidade. Assim, elas vão conseguir um espaço no mercado e não ficarão dependendo apenas de doações”.

Além de promover esse tipo de comércio, a Associação Mundaréu, também de São Paulo, oferece programas de capacitação que facilitam a criação e o desenvolvimento de produtos, a coordenação da produção e a gestão administrativo-financeira de grupos de artesãos e ONGs. “A entidade tem de pensar em transformar em produto aquilo que ela sabe fazer. Algo postigo tem pouca porcentagem de dar certo”, conta Lizete Prata. E quanto à exportação dos produtos, ressalta que “esta é a tendência. Mas o mercado externo é para quem tem muita organização”.

Prestação de contas

De acordo com o advogado Marcos Biasioli, “não há legislação que permita a produção e venda de produtos por entidades sociais, mas também não há legislação que proíba tal atividade”. Ele acrescenta que “respeitadas as regulamentações específicas de cada produto, bem como as autorizações necessárias conferidas pelos órgãos do Poder Público, não há limites para o que uma entidade pode produzir”. Entretanto, “é importante lembrar que a legislação de cada estado e município prevê regras tributárias para cada fato gerador. Deve-se observar que tipo de imposto e/ou contribuição incide sobre cada operação, se

é possível à entidade sem fins lucrativos se valer das imunidades ou isenções previstas na legislação pertinente e, ainda, a quais obrigações acessórias a entidade estará sujeita em cada atividade”, diz. Ele evidencia que “o Código Civil de 2002 determina, sob pena de nulidade, que os estatutos sociais das associações devem conter as fontes de recursos para a sua manutenção”.

Com relação à prestação de contas dos recursos recebidos, as organizações sociais podem se utilizar de várias formas. “As mais comuns são as divulgações de demonstrações contábeis, com notas explicativas, e os relatórios de atividades. Naturalmente, vem se desenvolvendo dentro das demonstrações contábeis a complementação por meio do demonstrativo de informações sociais e ambientais, o balanço social. E as ONGs que buscam mais transparência recorrem à auditoria independente”, explica o advogado e auditor contábil Ricardo Monello.

Segundo ele, “ainda ocorrem as visitas *in loco* dos interessados na verificação da aplicação dos recursos, e dois pontos ficam claros como preocupação do parceiro ou doador: que seu recurso seja registrado e que seja corretamente aplicado. Assim, devemos enxergar na prestação de contas não mais uma burocracia ou encargo, mas uma grande oportunidade de crescimento sustentável nas organizações sociais”. ☺



Lizete Prata, presidente da Associação Mundaréu, apresenta a loja da entidade que comercializa objetos produzidos por grupos de artesãos

Links

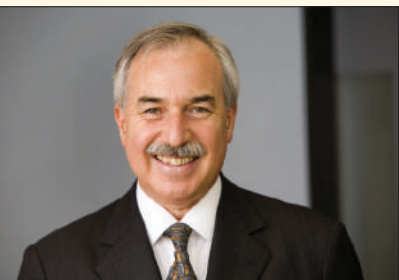
i www.apaes.org.br
www.analiafranco.org
www.andreluiz.org.br
www.hcnet.usp.br
www.lesf.org.br
www.mundareu.org.br
www.palasaathena.org

www.parceirosdavidia.org
www.pelefund.org
www.pelepequenoprincipe.org.br
www.pontosolidario.com.br
www.ramacrisna.org.br
www.sosmatatlantica.org.br
www.sp.senac.br

Sustentabilidade das instituições de ensino

Custódio Pereira

diretoriageral@riobrancofac.edu.br



Custódio Pereira. Diretor-geral das Faculdades Integradas Rio Branco e autor do livro *Sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil* (Editora Saraiva/Mackenzie).

Os países emergentes têm grande número de causas a enfrentar, como a dos velhos e menores abandonados, populações de rua, analfabetismo e, especialmente, a sustentabilidade e financiamento das instituições de ensino. Esse item constituiu-se em fator condicionante à solução dos demais, considerando ser a educação a base do desenvolvimento. Abordagem mais enfática nesse sentido surgiu, a partir de 1990, nas *Novas Teorias de Crescimento*, formuladas por Paul Romer e seus colaboradores (Chicago, EUA). Até então, o conhecimento era considerado variável exógena à teoria econômica.

Felizmente, a sociedade brasileira vem se conscientizando da necessidade de se organizar, no âmbito do voluntariado e do Terceiro Setor, para promover o bem comum, ampliar a inclusão social e trabalhar pela melhoria da qualidade e acesso mais amplo à educação. É interessante notar ser consensual, dentre fundações, institutos e programas de cidadania das empresas, o diagnóstico do papel do ensino no fomento socioeconômico. Ou seja, não há dúvidas sobre a imperativa necessidade de estabelecer mecanismos consistentes para a sustentabilidade das instituições educacionais.

Assim, é pertinente enumerar as lições de casa para o enfrentamento desse desafio. A primeira é a efetiva priorização, pelo Estado, de políticas públicas capazes de garantir orçamentos adequados, acesso e qualidade na educação fundamental e ensino médio, de modo que a grande maioria dos jovens mantenha-se nas escolas e chegue à universidade com o devido embasamento. Também é imprescindível ampliar a captação de recursos, no contexto da sociedade, universo de ex-alunos e setores produtivos. Os beneficiários desse processo

devem ser os estabelecimentos mantidos por União, governos estaduais e municipais e organizações do Terceiro Setor, segmentos com a incumbência, inclusive institucional e constitucional, de realizar programas de caráter público.

Outro mecanismo para a sustentabilidade das instituições de ensino é a maior presença de cientistas na ponta da produção, ou seja, fomentando a inovação e a pesquisa nas empresas, com o conseqüente aumento do registro de patentes e geração de tecnologia. Esse avanço teria a contrapartida de recursos financeiros para a academia. Exemplo comparativo torna mais claro o conceito: no Brasil, 83% dos mestres e doutores atuam apenas nas universidades, e somente 17%, nas empresas. Na Coreia do Sul, 39% encontram-se nas universidades, e o maior número, na produção. Resultado: em 2003, os coreanos obtiveram 4.132 patentes nos Estados Unidos, e o Brasil, apenas 180.

Finalmente, dentre os fatores de sustentabilidade, em especial nos estabelecimentos que cobram anuidades, inclui-se a excelência do ensino ministrado. À medida que esse atributo se torne reconhecido, passará a ser ferramenta espontânea de marketing a serviço da perenidade dos cursos. O mesmo vale para organizações mantidas pelo Estado. Sua qualidade será um atrativo a investimentos privados em laboratórios, equipamentos, bibliotecas e outras melhorias.

O apoio à educação é prioritário na nova cultura nacional de estímulo ao engajamento da sociedade civil na construção de um Brasil melhor. Sem dúvida, o sucesso no cumprimento dessa meta é preponderante no sentido de viabilizar um futuro mais feliz para as próximas gerações. ☺

FNAS: MDS estabelece regras

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), considerando a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o exercício de 2006, resolve que a partilha dos recursos destinados à expansão dos serviços continuados da assistência social co-financiados pelo fundo obedecerá aos critérios estabelecidos na NOB/Suas e na portaria nº 225, de 23/6/06. A portaria regula como serão distribuídos os recursos, o valor do co-financiamento, as ações orçamentárias, entre outras previsões.



À espera da certidão negativa

Uma pesquisa da PricewaterhouseCoopers com 117 grupos empresariais mostra que 92,7% dos entrevistados retardaram ou perderam negócios devido a dificuldades em conseguir a tempo a certidão negativa de débitos (CND). A pesquisa detectou que a obtenção de uma CND não demora menos que 30 dias, sendo que em muitos casos o processo se arrasta por meses. A pesquisa foi publicada originalmente no Valor Online no dia 28/6/06.

www.pwc.com.br

Eleição no CNS

Por meio do decreto nº 5.839, de 11/7/06, o Presidente da República resolve que o Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, será composto por representantes do governo, dos prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, sendo que as decisões serão homologadas pelo Ministério da Saúde. A escolha dos representantes será feita por meio de processo eleitoral, a ser realizado a cada três anos, contados a partir da primeira eleição.

Prestação de contas no Suas Web

A portaria nº 236, de 30/6/06, editada pelo MDS, regula o preenchimento e a aprovação da prestação de contas do exercício de 2005 por meio do Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira no Suas Web. Caberá aos entes federados terminar o preenchimento do demonstrativo, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social competente, sem qualquer procedimento adicional.



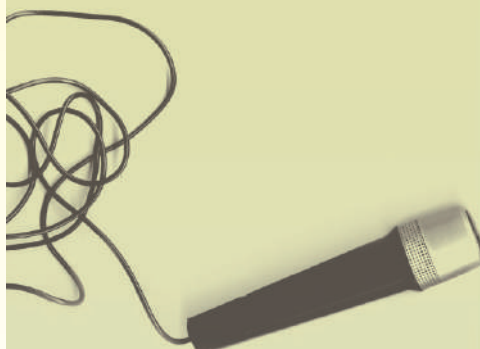
Idosos: gratuidade em todas as viagens

O projeto de lei nº 7.171/06, apresentado pelo deputado federal João Herrmann Neto (PDT-SP), pretende ampliar os direitos dos idosos para transporte coletivo intermunicipais, interestaduais e internacionais com desconto de 50% nas passagens para maiores de 65 anos e isenção para os que têm a partir de 85 anos. Atualmente, a lei prevê apenas o direito ao transporte coletivo público gratuito nos municípios. No transporte aéreo, marítimo, fluvial e terrestre, os passageiros com mais de 85 anos pagariam somente as taxas de embarque, desde que comprovado o tratamento de saúde.



Fontes: **José Lages Júnior** e **Tatiana Magosso Evangelista**.
Advogadas do escritório M. Biasioli Advogados Associados.

A sustentação oral no CNAS



Dr. Josenir Teixeira, Membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP.

A Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP requereu providências à Comissão de Direitos e Prerrogativas dos Advogados para alteração da resolução nº 123/02, expedida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a fim de aumentar o tempo da sustentação oral naquele órgão para 15 minutos, que hoje é de 10, e suprimir o prazo de 3 dias úteis para o requerimento do pedido da sustentação oral, fixando-se o próprio dia da sessão como data limite para a inscrição.

O CNAS se reúne mensalmente para julgamento dos pedidos de registro, ocasião em que há a possibilidade de os procuradores das entidades, não necessariamente advogados, realizarem a sustentação oral. Acontece que, quando o procurador da entidade é advogado, a resolução fere o estatuto da advocacia, que prevê 15 minutos para a realização da sustentação oral.

Por analogia ao que acontece nos tribunais, em que o pedido de sustentação oral é feito

alguns minutos antes do início da sessão de julgamento, a comissão requereu a revogação do prazo prévio para inscrição constante da resolução. A OAB-SP aguarda manifestação do CNAS sobre o assunto.

A Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-SP foi constituída no final de 2004 e, desde então, vem atuando de forma contudente em prol da disseminação de conhecimento específico a entidades sem fins lucrativos e profissionais de diversas áreas, principalmente advogados. Está previsto para setembro próximo o lançamento da segunda cartilha da comissão, que vai tratar sobre Organização Social (OS) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

www.oabsp.org.br
terceiro.setor@oabsp.org.br
(11) 3116-1085

Notícias do Planalto



ELZA FIÚZA/ABR

Márcia Lopes, secretária executiva do MDS, discursando durante a abertura do evento

Economia solidária em pauta

Brasília sediou de 26 a 28 de junho a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com apoio do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O encontro se propôs a debater princípios e diretrizes para a política nacional de economia solidária no país. Durante a conferência, começaram formalmente os trabalhos do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado em 2003 e composto por 56 entidades. Os 1.112 delegados participantes discutiram três eixos básicos a partir do tema central "A Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento".

www.mte.gov.br

Seminário discute justiça no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 10 de agosto o seminário Justiça e Comunidade, cujo objetivo é estimular as discussões sobre justiça e segurança no Brasil. Além de integrantes da câmara, participaram do encontro juizes, promotores, estudantes, procuradores, psicólogos, policiais, especialistas em criminologia, ativistas de movimentos sociais e formuladores de políticas públicas.

www.camara.gov.br



VALTER CAMPANATO/ABR

Otávio Brito, vice-procurador do Ministério Público do Trabalho; ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do TST; deputado Luiz Eduardo Greenhalgh; Neide Aparecida Fonseca, da Contraf; e Luiz Chateaubriand Santos, professor da Faculdade Delta na Bahia

SP: parcerias com entidades de saúde

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, regulamentou o Contrato de Gestão de parceria da prefeitura com entidades de saúde qualificadas como organizações sociais (OS). O decreto nº 47.453 foi publicado dia 11 de julho no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, concluindo o processo preparatório de implantação das parcerias. As cinco primeiras OS do setor de saúde qualificadas são: Casa de Saúde Santa Marcelina; Sanatorinhos – Ação Comunitária de Saúde; Serviço Social da Construção Civil de São Paulo (Seconci-SP); Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim (Cejam); e SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Escola Paulista de Medicina).

www.prefeitura.sp.gov.br

MDS distribui cartilhas educativas

Estudantes de todas as escolas públicas do país começaram a receber em 28 de junho o material do projeto Criança Saudável, Educação Dez, que inclui duas cartilhas educativas com personagens da turma do Sítio do Pica-pau Amarelo. Direcionada aos alunos de 1ª a 4ª série, a iniciativa do MDS pretende estimular a sociedade a combater a fome e a adotar hábitos alimentares saudáveis. O projeto conta com a parceria dos ministérios da Saúde e da Educação, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Editora Globo e dos Correios. No total, serão distribuídas 40 milhões de cartilhas educativas.

www.mds.gov.br

Câmara aprova IR Ecológico

O substitutivo ao projeto de lei nº 5.974/05 e seu apenso, o PLS 5.162/05, que dispõe sobre estímulos fiscais para projetos ambientais, foram aprovados por unanimidade em 12 de julho pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Entre outras atribuições, o projeto prevê que pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir até 6% do imposto de renda devido, sendo, respectivamente, até 80% e até 40% desses valores efetivamente doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos de conservação do meio ambiente e promoção do uso sustentável dos recursos naturais. De autoria do Senado Federal, o projeto substitutivo foi redigido com o apoio do Grupo de Trabalho (GT) IR Ecológico, composto por representantes de ONGs ambientais, empresas e voluntários comprometidos com o tema ambiental.

www.camara.gov.br

Parcerias contra as desigualdades

Parceiros do governo federal e empresários da área de responsabilidade social com ações de geração de trabalho e renda foram convidados a debater os desafios e perspectivas de uma atuação conjunta para a redução das desigualdades sociais. O evento "Parcerias por um Brasil sem fome e mais justo – Responsabilidade Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento Social" aconteceu no dia 29 de junho, em Brasília, e foi realizado pelo MDS e a Unesco. Petrobras, Banco do Brasil e Fundação Odebrecht, entre outros, mostraram projetos desenvolvidos na área social, tendo a parceria como pano de fundo. Atualmente, há mais de cem parceiros do governo que desenvolvem ações de inclusão social.

www.mds.org.br
www.unesco.org.br



DOMINGOS TADEU/PR

Dona Marisa, entre o ministro Patrus Ananias e o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, durante o encontro



BERVASIO BAPTISTA/ABR

Da esq. para a dir.: Candido Grzybowski, diretor-geral do Ibase; Atila Roque, historiador do Ines Brasil; e Hans van Ewick, presidente do ICSW e região europeia

Conferência Internacional do Bem-Estar Social

Mais de 50 workshops foram programados para a 32ª Conferência Internacional do Bem-Estar Social, evento bianual que busca soluções estratégicas para acabar com as injustiças sociais e o desemprego na América Latina. Reunidos em Brasília de 16 a 20 de julho, especialistas, representantes de governos e da sociedade civil participaram de plenárias, simpósios e workshops sobre temas como violência doméstica, meio ambiente, segurança alimentar, populações indígenas, Aids, igualdade de gêneros, entre outros. A 33ª conferência já tem data e local marcados: será na França, de 30 de junho a 4 de julho de 2008.

www.cbciss-icsw32.org.br

Combate à tortura no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou no dia 26 de junho, Dia Internacional contra a Tortura, o Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil (CNPCT), no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Sua missão é avaliar e acompanhar as ações, os programas, projetos e planos relacionados ao enfrentamento da tortura no Brasil, além de recomendar a elaboração de estudos e pesquisas, incentivar a realização de campanhas relacionadas ao enfrentamento à tortura e manter contato com setores de organismos internacionais, no âmbito do Sistema Interamericano e da Organização das Nações Unidas, entre outras ações.

www.planalto.gov.br/sedh

Presidente Lula cumprimenta o secretário especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, durante cerimônia de criação do CNPCT



Capacitação no âmbito do SUS

O Ministério da Saúde promoveu entre 11 e 13 de julho a segunda capacitação em projetos sociais, direcionada a organizações da sociedade civil que atuam na prevenção das hepatites. O curso atendeu as expectativas das organizações não-governamentais, carentes em informações sobre a elaboração de projetos e execução do controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Organizada pelo Programa Nacional de Hepatites Virais (PNHV), a capacitação contou com a participação de 22 organizações das regiões Sudeste e Centro-Oeste, além do Rio Grande do Sul.

www.saude.gov.br

Proteção de crianças sem família

Especialistas de vários países reuniram-se em Brasília, entre 9 e 11 de agosto, para a Reunião Intergovernamental de Especialistas para Revisão do Esboço das Diretrizes Internacionais sobre Proteção e Cuidados Alternativos de Crianças Privadas de Cuidados Parentais, que vem sendo debatido no âmbito internacional nos últimos cinco anos. A iniciativa do evento foi da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República (SEDH/PR), dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e das Relações Exteriores (MRE), além do Unicef e do Comitê dos Direitos da Criança da ONU.

www.mj.gov.br



ANTONIO CRUZ/ABR

Carmen Oliveira, subsecretária de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente da SEDH

Bolsa Família debatido na Espanha

O Bolsa Família, programa brasileiro de transferência de renda, foi tema de um dos debates do Fórum Ibero-Americano de Desenvolvimento Social, realizado entre 26 e 27 de junho em Madri, na Espanha. Além da experiência brasileira, os participantes conheceram o Oportunidades, do México, que tem nove anos e beneficia 5 milhões de famílias, e o programa Juntos, do Peru, implantado há nove meses e com meta de atendimento de 200 mil beneficiários até o fim do ano. O evento foi organizado pela Secretaria Geral Ibero-Americana, Secretaria de Desenvolvimento Social do México e Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha.

Atenção aos povos tradicionais

O ministro MDS, Patrus Ananias, e a ministra do Meio Ambiente (MMA), Marina Silva, instalaram no dia 2 de agosto, em Brasília, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que terá como meta principal a elaboração e a implementação da política elaborada para garantir os direitos dessa população. A comissão será paritária, com a participação efetiva de 15 representantes do governo federal e outros 15 da sociedade civil, como o Grupo de Trabalho Amazônico, Movimento Nacional dos Pescadores, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, Rede Cerrado, entre outros.

www.mma.gov.br
www.mds.gov.br

Da esq. para a dir.: Marina Silva, Patrus Ananias e Maria do Carmo, ministra interina da Igualdade Racial

BERVASIO BAPTISTA/ABR



Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil

Anamec foi criada para fazer o meio de campo entre as mantenedoras de instituições católicas e o setor governamental

Elaine Iorio

A Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil (Anamec) foi fundada em agosto de 1993 por 205 mantenedoras e com a anuência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A principal motivação para a sua criação foi a necessidade de existir, em Brasília, um órgão que congregasse as mantenedoras das escolas, faculdades e universidades católicas, capaz de manter contatos com o governo federal e com os Poderes Legislativo e Judiciário. Seu objetivo é defender e promover os direitos constitucionais e legais do ensino confessional, ameaçado por várias medidas restritivas do Estado.

A Anamec também se propõe a manter as entidades católicas de ensino informadas sobre os procedimentos exigidos na apresentação dos relatórios anuais ao INSS, os pedidos de renovação dos certificados junto ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a manutenção de títulos de Utilidade Pública junto ao Ministério da Justiça, os planos de trabalho, a melhor forma de atender as diligências dos órgãos federais etc. Para José Marinoni, diretor-presidente da Anamec, “a associação pauta suas ações com base em valores fundados na fé que professamos, na fraterna união de pensamento e de ação com a Igreja (mãe e mestra), que nos anima e inspira a cada instante”.


Além das 373 mantenedoras e 811 entidades mantidas, a Anamec promove contato constante e parcerias com os principais órgãos que tratam da educação

privada, tais como Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (Abesc), Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Federação Interestadual das Escolas Particulares (Fiep) e sindicatos.


Realizações e perspectivas

Entre as vitórias conquistadas pela Anamec em seus 13 anos de existência, destacam-se:

- Segura orientação jurídica, desde 1994, em sucessivos comunicados às associadas – o que explica o fato de a associação nunca ter perdido uma causa importante.
- Realização de seminários e treinamentos, com a participação de aproximadamente 5.000 pessoas no total.
- Pesquisas sobre as escolas católicas dos ensinos médio e fundamental e sobre as obras sociais da Igreja – dados não-existentes antes da fundação da Anamec. Com a criação em 1996 do Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social (Ceris), em particular, a associação realizou quatro grandes levantamentos, contribuindo para o conhecimento da obra social da Igreja, desconhecida pela maioria da população e pelos dirigentes do país.
- Publicação de obras literárias, tais como História da Educação Católica no Brasil (2000), Futuro da Escola Católica (1997) e Obra Social da Igreja (2001).
- Serviço de atendimento permanente às associadas em Brasília, para acompanhamento processual nas várias agências federais, orientação telefônica e atendimento na sede.

No momento em que fortalece e garante a liberdade das escolas particulares, confessionais, filantrópicas e sem fins lucrativos, bem como a expansão e a constante melhoria da qualidade dos serviços educacionais que o sistema católico de ensino oferece, a Anamec contribui poderosamente para a promoção da justiça e do desenvolvimento do país. É o que defende Marinoni, citando uma frase de Dom Lucas Moreira Neves, na época em que era presidente da CNBB: “O Brasil se formou nas carteiras das salas de aula das escolas católicas”. 

Anamec

 SRTV/Sul, quadra 701, bloco 2, salas 601, 603 e 605 Brasília/DF
www.anamec.org.br
anamec@anamec.org.br
(61) 3226-5655 / 3226-9421

Livros

Roteiro do Terceiro Setor

O procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende lança a terceira edição de *Roteiro do Terceiro Setor* (240 págs., R\$ 42), pela Prax Editora. O livro é um guia prático para quem precisa instituir e administrar organizações do Terceiro Setor, esclarecendo sobre títulos e qualificações, leis de Utilidade Pública, de filantropia e de Ocscips, transparência, controle social, responsabilidade dos administradores, contabilidade e incentivos fiscais, entre outros temas.

i (31) 3225-8237 / 3284-2673



Marketing para o Terceiro Setor

De autoria de Sydney Manzione, o livro *Marketing para o Terceiro Setor – Guia prático para implantação de marketing em organizações filantrópicas* (160 págs., R\$ 39) faz uma adaptação dos conceitos do marketing clássico, a fim de que sirvam às organizações do Terceiro Setor. Gestores de entidades sociais encontrarão na obra um manual de aplicação de marketing rico em procedimentos e exemplos, que podem ser aplicados sem altos investimentos.

i www.novatec.com.br



Terceiro Setor – Controle e Fiscalização

A Editora Método lança a segunda edição do livro *Terceiro Setor – Controle e Fiscalização* (200 págs., R\$ 38), de autoria da procuradora de Justiça Andrea Nunes. A obra aborda as constantes alterações e novidades na área e faz um paralelo profundo entre o Terceiro Setor e a legislação nacional, como a Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Licitações e Contratos, Código Penal e Lei de Lavagem de Dinheiro.

i www.editorametodo.com.br
(11) 3289-1366 / 3289-1394



Entre o espetáculo, a festa e a argumentação

Como mobilizar os sujeitos à participação coletiva? É possível que meios, instrumentos e estratégias de comunicação tenham participação nos processos mobilizadores? Essas são algumas das questões levantadas no livro *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação – Mídia, comunicação, estratégia e mobilização social* (192 págs., R\$ 29), da Autentica Editora. O autor Rennan Lanna Martins Mafra fala da importância da visibilidade para que uma mobilização social ganhe força e tenha mais participação da sociedade.

i www.autenticaeditora.com.br
0800 28 31 322



Prêmio IGK com inscrições abertas

Profissionais e organizações de Santa Catarina que contribuam para soluções significativas na busca de uma sociedade mais justa têm até 10 de outubro para se inscreverem no Prêmio IGK, A Grande Jogada Social. Promovido pelo Instituto Gustavo Kuerten, a premiação está no quarto ano de realização e prevê distribuição de R\$ 17 mil entre os vencedores. O foco são as ações sociais com pessoas deficientes e/ou que utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, além de entidades que já participaram do IV Fundo de Apoio ao Projeto Social (Faps).

i www.igk.org.br
igk@guga.com.br
(48) 233-2851

Patrocínio à cultura via ICMS

Começou em 1º de setembro o cadastramento pelo site da Secretaria da Fazenda das empresas estabelecidas em São Paulo interessadas em patrocinar projetos culturais por meio de incentivo fiscal (ICMS), estabelecido pelo Programa de Ação Cultural (PAC) da Secretaria de Estado da Cultura. Todos os participantes que fizerem seu cadastro no decorrer do mês de setembro poderão liberar recursos de patrocínio para artistas ou produtores após 1º de outubro.

i www.cultura.sp.gov.br

Bolsas de estudo

O Senac São Paulo firmou um convênio com a entidade Cáritas Arquidiocesana de São Paulo com o objetivo de desenvolver e realizar programas para refugiados. Pelo acordo, que não tem prazo para acabar, o Senac deve inscrever gratuitamente candidatos apresentados pela entidade que tenham os requisitos mínimos exigidos em cada curso, de acordo com suas disponibilidades de vagas. Os requisitos dependem da modalidade e área do curso.

i www.sp.senac.br

Cartilha ensina pequenos produtores

O Sebrae, a Fundação Banco do Brasil e o Ministério da Integração Nacional lançaram em julho uma cartilha sobre produção orgânica e agroecológica, além de técnicas de cultivo e combate a pragas, baseadas na utilização de métodos naturais. Com ela, produtores rurais passarão a ter mais acesso à tecnologia de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais), que incentiva pequenas unidades familiares de produção. O material, disponível para download no site da Sebrae, visa agricultores familiares de oito estados do semi-árido nordestino, além de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo.

i www.sebrae.com.br

Sites

Ethos lança cartilha para eleições

O Instituto Ethos lançou em agosto a cartilha *A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral – Edição 2006*. Distribuída gratuitamente a seus associados e a pessoas interessadas no tema, a publicação é uma reedição atualizada das versões lançadas nas eleições de 2000, 2002 e 2004. Direcionada às empresas, a cartilha reflete o clima de perplexidade em que a sociedade se encontra – devido às denúncias de corrupção e das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) – e tem como fio condutor o financiamento privado de candidaturas.

www.ethos.org.br

Sistema avalia postura de cadeirantes

Entre as novidades da linha de cadeira de rodas e acessórios da Cavenaghi, destaque para o sistema XSensor, que avalia possíveis pontos de desenvolvimento de úlceras de pressão (escaras) – ferimentos que se formam em pessoas que passam a maior parte do tempo sentadas ou na mesma posição. O produto é composto por uma manta com micro sensores que medem a pressão exercida na postura (tanto sentada quanto deitada) e por um software que indica o melhor produto (almofada, encosto ou colchão) a ser utilizado pelo usuário.

www.cavenaghi.com.br
(11) 3719-3739

Celular em Braille

A Samsung conquistou em agosto o Gold Award – durante a edição 2006 do Industrial Design Excellence Awards – por seu aparelho celular Touch Messenger, que facilita o envio e o recebimento de mensagens de texto por deficientes visuais. Desenvolvido na China, o Touch Messenger conta com design anatômico e um teclado especial que simula o sistema de seis pontos em relevo do alfabeto Braille. Com este recurso, o usuário pode redigir e verificar o recebimento de suas mensagens de texto na própria tela do aparelho, exclusivamente projetada para proporcionar esse tipo de leitura.

www.samsung.com.br

Comércio social

A loja Roda da Cidadania, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo, capacita entidades que atendem uma população em vulnerabilidade social para a promoção de geração de renda e o estímulo ao desenvolvimento econômico e comercial. Participam do projeto 14 entidades conveniadas à Rede de Proteção Social da cidade, que recebem da SMADS orientação técnica e especializada de empreendedorismo. Os produtos comercializados na loja são variados: patchwork, teares, marchetaria, produtos de papel reciclado, bordados, entre outros.

www.prefeitura.sp.gov.br
Loja Roda da Cidadania
Rua Libero Badaró, 561
(11) 3291-9664

Dicionário de Libras na Internet

A ONG Acessibilidade Brasil lançou uma versão on-line do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A publicação traz uma relação de 5 mil verbetes, com exemplos em Libras e em português e ilustrados por imagem e vídeo. O acesso é gratuito e a pesquisa pode ser feita por ordem alfabética, assunto ou gesto da mão, além de um sistema rebuscado de busca.

www.acessobrasil.org.br



Humanização em hospitais

O projeto Humanizando Relações, da ONG ImageMagica, que leva o trabalho com fotografia aos hospitais brasileiros, pode ser acompanhada dia-a-dia pela internet. Além do diário da expedição, os internautas podem conferir as fotos realizadas e entrevistas com personagens que já participaram das ações. Durante a visita, médicos, enfermeiros, pacientes e seus acompanhantes recebem câmeras digitais para retratar sua percepção do cotidiano no ambiente hospitalar.

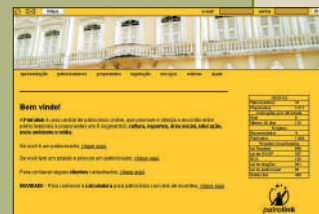
www.humanizandorelacoes.com.br



Cálculo de patrocínio empresarial

A Patrolink lança uma calculadora online que permite às empresas conhecer o seu potencial de patrocínio com a lei de incentivo à cultura no Estado de São Paulo, regulamentada em junho deste ano. O serviço é gratuito e basta que os interessados digitem o valor pago por suas empresas em ICMS por ano, então, saber imediatamente o seu potencial de investimento. O percentual de isenção oscila entre 0,06% e 3,0%, dependendo do valor pago.

www.patrolink.com.br



Cadastro nacional de entidades

O Instituto Brasileiro do Terceiro Setor (IBTS) criou o Cadastro Nacional das ONGs (CNO), com o objetivo de manter em banco de dados registro das entidades não-governamentais existentes no país. O CNO oferece acesso livre a informações, como a localização das entidades e atividades desenvolvidas, e, como consequência, os projetos podem conquistar maior reconhecimento e oportunidades de obter apoio financeiro. Hoje, já são mais de 16 mil ONGs cadastradas.

www.ibtsonline.org



A feliz sintonia entre

Milú Villela

comunicacao@facaparte.org.br



Entre as muitas áreas em que o voluntariado pode se manifestar, uma é a educação, ajudando na formação de uma consciência de cidadania e promovendo a qualidade do ensino de nossos alunos, o que, todos sabemos, é de importância fundamental para o Brasil. Essa combinação entre voluntariado e educação (o voluntariado educativo) é recente e só aconteceu quando as partes, cada uma com sua história, tiveram seus caminhos cruzados, surgindo uma feliz sintonia.

Para começar a história do voluntariado educativo no Brasil, foi necessário, primeiro, o amadurecimento do voluntariado, que durante séculos passou por momentos distintos. Atuante somente nos sintomas, sem procurar a causa dos problemas, esse voluntariado é definido pela benemerência, sendo praticado

principalmente por mulheres e instituições religiosas. Para muitos brasileiros, essa ainda é a definição de voluntariado.

Ao longo do século 20, o trabalho voluntário brasileiro sofreu um notável e rápido desenvolvimento. A sociedade civil passou a ser cada vez mais atuante e a buscar soluções duradouras para as dificuldades. No final da década de 1950, apareceram movimentos sociais de reivindicação de melhorias urbanas e sociais, um voluntariado combativo, engajado. Nas décadas de 1980 e 1990, cresceu a quantidade de organizações sociais atuantes em áreas como meio ambiente, saúde e educação. A idéia é, ao mesmo tempo, buscar soluções para os problemas e cobrar o Estado para que ele cumpra o papel de formular políticas públicas. Do outro lado dessa relação está a educação, a presença

Dentista do Bem: pela saúde de crianças e adolescentes

Hoje, no Brasil, a assistência odontológica gratuita é quase inexistente, e são poucas as campanhas de prevenção. Com o objetivo de amenizar essa situação, a Turma do Bem criou em 2002 o projeto Dentista do Bem.


A ação articula cirurgiões-dentistas voluntários ao atendimento de crianças e adolescentes de baixa renda. O objetivo é educar, curar e prevenir doenças bucais, mudando os hábitos de saúde bucal dos atendidos e de seus familiares.

Os profissionais que participam do projeto se comprometem a usar material de qualidade, a realizar procedimentos odontológicos curativos e preventivos, a permitir o retorno semestral e a controlar o tratamento até que as crianças e os adolescentes atinjam a idade adulta. O projeto atua com escolas do ensino público e abrigos parceiros que atendem jovens de 8 a 16 anos. Já

são 500 dentistas voluntários em 21 estados e no Distrito Federal.

A Turma do Bem, que realiza o projeto Correspondente do Bem, acredita que a educação odontológica deva fazer parte do ambiente familiar, por meio da massificação de informações preventivas, desde a gestação até a adolescência, visando à mudança de atitude e comportamento de mães, pais, tutores e educadores.


A curto prazo, busca-se a mudança de hábito e o estímulo à procura dos dentistas por prevenção. A longo prazo, o objetivo é a mudança de valores culturais, a redução das doenças odontológicas e a valorização dos cirurgiões-dentistas na sociedade.

Além de exercitar a cidadania, o dentista voluntário recebe uma placa que valoriza sua ação perante a sociedade e pode usar o selo do projeto em todo o material gráfico do consultório. 



Dentista do Bem

Turma do Bem

 www.turmadobem.org.br
faleconosco@turmadobem.org.br
(11) 3085-9303

voluntariado e educação




da escola, que aos poucos foi se aproximando da comunidade em que estava inserida.

Resultado do encontro entre um voluntariado sustentável e de uma escola aberta, o voluntariado educativo se manifesta quando, em um projeto socioeducativo, ocorre a intersecção entre a intenção pedagógica e a intenção solidária. Busca-se a incorporação de valores e conteúdos por meio de ações protagonizadas pelos estudantes, sempre de modo pertinente à proposta político-pedagógica da escola, complementando o trabalho do professor em sala de aula, trazendo elementos que enriqueçam o tratamento de temas transversais.

O voluntariado educativo é uma proposta eficaz também para se dar significado aos conteúdos curriculares e à vivência de valores. As

atividades sociais, por sua vez, devem ser planejadas para não deslocar a escola de sua principal função: promover a aprendizagem, preparar o aluno para a vida e para o trabalho.

Não existem, porém, fórmulas mágicas e universais para o êxito de projetos de voluntariado educativo. Cada instituição de ensino pode e deve olhar ao seu redor, diagnosticar problemas, definir metas, estabelecer o plano de ação, agir e celebrar os resultados obtidos. Precisa também se lembrar das parcerias, que estendem o alcance do grupo realizador e agregam forças a ele – o conhecimento de pais de alunos, os recursos de entidades particulares, os meios do poder público e as palavras da mídia local são fortes instrumentos para aumentar ainda mais o potencial dos projetos.

Além de agregar valores à educação, o voluntariado educativo contribui para um sentimento de realização pessoal, responsabilidade e solidariedade por parte de quem o exerce, o que é benéfico para o conjunto dos indivíduos, fortalecendo o capital social. Muitas culturas e religiões corroboram essa idéia, cada uma a seu modo, enfatizando que, ao ajudar o próximo, você também ajuda a si mesmo. 

Milú Villela. Embaixadora da Boa Vontade da Unesco e presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo, do Instituto Faça Parte, da Associação Comunitária Despertar, do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e do Instituto Itaú Cultural.

 Voluntariado educativo


Amar o mar: ecologia marinha move projeto de socioeducativo

Biólogo de formação, o professor de biologia da Escola Estadual Professor Ottoniel Junqueira, de Peruíbe (SP), sempre fazia trilhas ecológicas e percorria a região do Vale do Ribeira. Na volta, um fato o atormentava: a falta de cuidados com o meio ambiente com que se deparava. Disposto a mudar o quadro, ele propôs à escola, em 2002, o projeto Amar o mar, certificado pelo Selo Escola Solidária nas edições 2003 e 2005, do Instituto Faça Parte.

A sugestão passou a integrar a proposta pedagógica da escola. Primeiro, os educandos aprendem noções básicas de ecologia, problemas ambientais, termos básicos de ecologia, conservação do ambiente, ecossistemas costeiros, origem da Terra e dos oceanos, características físico-químicas da água, estrutura da vida no mar, conceitos de oceanografia, comunidade caiçara e política ambiental, entre outros temas. Posteriormente, vivenciam o que aprenderam, em visitas monitoradas às praias, aos museus marinhos e a aquários da região.

“Uma vez por mês saímos a campo para realizar atividades práticas e estudos do meio.

Aproveitamos para recolher objetos deixados por banhistas nas praias. Certa vez, tivemos até a ajuda de um cachorro. Ele percebeu que os alunos estavam catando os materiais e resolveu colaborar. Quando vimos ele estava com uma sacola de plástico na boca”, lembra o professor.

Hoje, a ação conta com a participação de estudantes dos ensinos fundamental e médio e tem o apoio de uma rede do varejo. A escola pretende manter esse trabalho e estendê-lo a outras unidades de ensino. “Apresentamos o projeto à diretoria de ensino da região e enfatizamos a necessidade de intercâmbio entre as escolas de Peruíbe. Se todas participarem, reverteremos a degradação ambiental que acompanhamos agora”, espera o professor. 

Escola Estadual Professor Ottoniel Junqueira

 (13) 3455-1729

Faltam transparência e qualidade aos relatórios e balanços sociais

Empresas investem em relatórios esteticamente perfeitos, mas parcialmente honestos, chegando, muitas vezes, a omitirem dados negativos

Fernando Credidio
fecredidio@gmail.com



Entende-se por balanço social o relatório das atividades de responsabilidade socioambiental de uma empresa. Trata-se, sem dúvida, de uma importante ferramenta a serviço das organizações, independentemente de seu porte e setor de atuação, capaz de indicar os avanços e desafios destas na gestão socialmente responsável para todos os públicos de interesse, sejam colaboradores, acionistas, fornecedores, clientes ou comunidades em que estão inseridas.

Publicado de forma voluntária, com o objetivo de expressar as iniciativas de compromisso social e ambiental, o balanço social tem de complementar as informações contábeis da empresa. Para tanto, alguns pré-requisitos têm de ser seguidos: ele deve ser claro, ter profundo compromisso com a verdade e ser amplamente disponibilizado aos seus públicos de interesse, por todos os meios possíveis. Isso porque os relatórios são utilizados, também, como meio de difusão e instrumento de transparência das ações corporativas, além de uma forma de gestão empresarial e de diálogo com a sociedade.

Mas será que as empresas estão cumprindo o papel de bem informar seus *stakeholders*? Infelizmente, não. Há algum tempo, o jornal *Financial Times* publicou um estudo conduzido pela consultoria SustainAbility, do Reino Unido, e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), no qual foram analisados 50 relatórios socioambientais de importantes companhias mundiais, à luz de 49 critérios. Constatou-

se, à época, que o progresso geral tinha sido mínimo. Os melhores resultados foram obtidos por empresas britânicas e de outras partes da Europa.

No Brasil, a situação não é diferente. A maioria das empresas produz relatórios que carecem de explicações sobre a relevância de todos os dados publicados. Parece que a principal preocupação de boa parte das organizações concentra-se mais na estética do que, propriamente, no conteúdo. Outras publicam o balanço social com a clara intenção de receberem prêmios e colecionarem selos que, da mesma forma como acontece com as certificações socioambientais e de qualidade, são mencionados nos anúncios veiculados na mídia. A verdade é que muitos desses relatórios são produzidos, nitidamente, como genuínas peças de marketing, fugindo completamente do escopo ao qual se destina.

Ainda que o balanço social seja um excelente e necessário instrumento de comunicação das empresas, as informações contidas nos relatórios não devem se resumir apenas a um *check-list* das ações socioambientais corporativas. Mais do que isso, deve ser descrito, de forma fiel e precisa, o retrato das atividades social e ambiental da empresa em determinado período de tempo. Nesse aspecto, observa-se que os relatórios apresentam clara omissão das prioridades, havendo mínima ou nenhuma co-relação e vínculo entre os impactos sociais da empresa


A verdade é que muitos desses relatórios são produzidos, nitidamente, como genuínas peças de marketing, fugindo completamente do escopo ao qual se destina

em relação aos econômicos. A verdade é que as organizações têm se limitado a apresentar dados quantitativos e numéricos, acompanhados de descrições das ações desenvolvidas envoltas em hábil retórica.

Outra deficiência concentra-se na defasagem entre aquilo que foi estimado e o que foi, de fato, realizado. É bastante comum detectar-se solução de continuidade nas ações, de um ano para outro. Contudo, a falha maior das organizações tem sido não divulgar, transparentemente, seus passivos

socioambientais. Não é raro empresas mascararem ou omitirem falhas de conduta em seus relatórios, preocupando-se, apenas, em publicar informações positivas. Isso acontece, principalmente, porque as organizações temem que sua dívida social e/ou ambiental tenha de ser paga de imediato, em razão do posicionamento de algumas organizações do Terceiro Setor, em especial, as de atuação na área ambiental.

Talvez essas empresas se esqueçam de que a transparência, mais do que necessária,

é uma importante vantagem comparativa e a prova maior de que a organização está realmente aberta e imbuída no sentido de apontar as suas deficiências e, assim, aprimorar sua performance, demonstrando à sociedade sua verdadeira vocação para promover as transformações sociais tão necessárias e esperadas pelo país. 

Fernando Credidio. Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.



EMPRESAS QUE FAZEM

Petrobras investiu R\$ 518 milhões em projetos no ano passado

A Petrobras é a empresa brasileira que mais investe em projetos socioambientais. O balanço social e ambiental 2005 da companhia revela que, de janeiro a dezembro de 2005, o investimento total em projetos sociais, ambientais, esportivos e culturais alcançou R\$ 518 milhões e foi distribuído por todos os estados da Federação. Esse aporte supera em 57% os R\$ 330 milhões aplicados em 2004 com a mesma finalidade. Além de projetos externos, foram aplicados cerca de R\$ 1,2 bilhão somente em investimentos operacionais em meio ambiente.

Usiminas investe em crianças com habilidades especiais

A Fundação São Francisco Xavier (FSFX), responsável pelas ações sociais da Usiminas no Vale do Aço mineiro, instituiu o Projeto Ser Mais, para congregar e orientar todos os seus projetos especiais nas áreas de saúde, educação e cultura. Uma das primeiras ações do projeto é a criação do Espaço para o Talento FSFX. O programa oferece atendimento especial aos alunos portadores de talento, habilidade,

capacidade e potencial superior identificável matriculados no sistema público de ensino da microrregião do Vale do Aço, em Minas Gerais. O espaço tem como objetivo a coordenação de ações e recursos do sistema de ensino em entidades parceiras e na comunidade, para assistir o desenvolvimento dos talentos especiais de crianças e adolescentes.

Dell inaugura primeira escola de TI em Eldorado do Sul

A Dell inaugurou no dia 29 de junho a oitava Escola de Tecnologia da Informação (ETI) do projeto Cidadão Digital – a primeira em Eldorado do Sul (RS). A nova ETI oferecerá capacitação básica em informática a jovens de baixa renda, regularmente matriculados em escolas das redes públicas estadual e municipal. O projeto Cidadão Digital, que em 2005 foi um dos vencedores do Prêmio Info de Inclusão Digital, é uma iniciativa da Dell em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procegs), e realizado pela Fundação Pensamento Digital.

Programa de Reciclagem Eucatex conquista entra em nova fase

Uma das maiores fabricantes nacionais de produtos para a construção civil e indústria moveleira, a Eucatex já é auto-suficiente na produção de biomassa para a geração de energia que alimenta as caldeiras de sua fábrica, instalada em Salto, interior de São Paulo. Com isso, a empresa atinge um dos

objetivos do Programa de Reciclagem Eucatex, implantado em meados do ano passado, na mesma cidade. Em um só tempo, a busca por uma solução aos resíduos de madeira gerados em toda a região já conta com a adesão de centenas de parceiros e entra agora em nova fase: o envolvimento de comunidades e instituições assistenciais. Para colocar em prática o programa, a Eucatex implantou, em Salto, uma moderna central de reciclagem com equipamentos de alta tecnologia. Ali, são reciclados os resíduos de madeira (pallets, tiras de MDF, aglomerado e chapas de fibra, caixas, tocos, costaneira e refilhos) gerados por empresas de vários portes, localizadas em um raio de até 120 quilômetros.

Holcim dá exemplo de responsabilidade social nos EUA

A experiência em responsabilidade social da Holcim Brasil ganha espaço no exterior. Juliana Cassilha Andriguetto, diretora do Instituto Holcim, apresentou os trabalhos desenvolvidos pela empresa em Barroso (MG) e Magé (RJ) na 12ª Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais. O evento, organizado pela Interamerican Foundation e pela Universidade Internacional da Flórida, tem como objetivo fazer as autoridades locais identificarem oportunidades para melhorar seu sistema de governabilidade democrática, bem como a criação e execução de programas de desenvolvimento social em seus países. O trabalho da Holcim foi escolhido como uma das três experiências exemplares da América Latina.



Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com